



Universidade de Brasília

Departamento de Antropologia

Monografia de Conclusão de Curso

A Ciência da Alteridade em Tempos de Liberdade Viglada: O Caso do PPGAS da Universidade de Brasília.

Victória Soares Sette Cordeiro

Orientador Profº Doutor Guilherme José da Silva e Sá

Brasília - 2013.



Universidade de Brasília

Departamento de Antropologia

Monografia de Conclusão de Curso

A Ciência da Alteridade em Tempos de Liberdade Viglada: O Caso do PPGAS da Universidade de Brasília.

Victória Soares Sette Cordeiro

Orientador Prof^o Doutor Guilherme José da Silva e Sá

Monografia de Conclusão de Curso apresentada ao
Departamento de Antropologia da Universidade de
Brasília como requisito parcial à obtenção do grau
de Bacharel em Antropologia.

Brasília - 2013.

*Dedico minha monografia de conclusão de curso à
minha mãe, Rosemere Soares Sette, minha melhor
amiga e exemplo de vida.*

Agradecimentos

Agradeço, antes de tudo, a Deus. Obrigada Senhor por sempre me orientar, me guiar e me proteger. Agradeço por ser minha diretriz de segurança que nunca me faltou nos momentos de dificuldade. Agradeço a Ele pela luz de uma pesquisa tão construtiva e abençoada.

Agradeço à minha família, sobretudo à minha mãe Rosemere Soares Sette, responsável por me guiar com tanto amor nas minhas escolhas. Sem você, eu nada seria. Obrigada por sua dedicação e seu carinho. Aos meus avôs, Alice Soares Sette e Alcides Alves Sette, não menos responsáveis pelas minhas conquistas. Em especial, um grande obrigada ao meu avô, que aguardou esse momento com tanto carinho e com uma força que só ele entenderá. Ao meu padrasto, Marco Polo Rios Simões, que sempre foi um pai e um grande amigo. Obrigada aos meus familiares que sempre acreditaram na minha capacidade e na minha força de vontade em seguir meus sonhos.

Aos meus amigos, figuras de apoio que jamais terei como expressar o quanto sou grata. Em especial, aos amigos Sérgio Barbosa, Juliana Cei e Luiza Simão. Nos momentos de dúvida e angústia, vocês me ajudaram sem nunca duvidar dos bons frutos que surgiriam dessa monografia. Serei eternamente grata pelo auxílio e pelo apoio incondicional. Agradeço também à minha grande amiga e prima Marta Libanório Sette pela ajuda nas conversas ansiosas e pelas palavras de carinho. Vocês são merecedores de grandes felicidades. Obrigada amigos por terem sido figuras tão presentes e tão carinhosas!

Obrigada aos professores do Departamento de Antropologia da UnB por me ajudarem nessa pesquisa. Sem vocês nada disso seria possível.

E por último e não menos importante, ao meu orientador Professor Doutor Guilherme José da Silva e Sá. Obrigada por ter acolhido a ideia dessa pesquisa com tanta dedicação. Obrigada pelo empenho, pelas palavras norteadoras e por ser uma figura de apoio tão importante na minha formação acadêmica. Obrigada por ser um mestre tão competente, o qual tive a sorte de me orientar. Obrigada por acreditar que seria possível.

*O homem de bem que tem o sentimento de caridade
e de amor ao próximo faz o bem pelo bem, sem
esperar retorno, retribui o mal com o bem, toma a
defesa do fraco contra o forte e sempre sacrifica
seus interesses à justiça social.*

(O Evangelho Segundo o Espiritismo)

Resumo

Esta pesquisa tem como objetivo compreender como ocorreu o processo de consolidação do Programa de Pós-Graduação da Universidade de Brasília em um contexto de repressão do regime militar. Através de entrevistas e aplicação de questionários com ex-alunos e ex-professores foi possível obter dados relevantes para essa análise com tal metodologia. Dessa maneira, o principal objetivo é reconstruir o funcionamento do início desse programa de pós-graduação, compreendendo como foi feita sua trajetória de sucesso em um cenário tão conturbado como foi o regime militar.

Palavras - Chave: Pós-graduação, Universidade de Brasília, Regime Militar.

Abstract

This research seeks to understand how the process of consolidation occurred in the Post-Graduate Program of the University of Brasilia in a context of repression of the military regime. Through interviews and questionnaires with ex-students and ex-teachers was possible to obtain relevant data for this analysis with this methodology. In This way, the main objective is to rebuild the operation from the beginning of this post-graduation program, understanding how was made its trajectory of success in a setting as troubled as was the military regime.

Keywords: Post-Graduate, University of Brasília, Military Regime.

Lista de Abreviaturas e Siglas

ALN: Ação Libertadora Nacional.

CAPES: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

CGT: Central Geral dos Trabalhadores.

CNPq: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

CUT: Central Única dos Trabalhadores.

DOI-CODI: Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna.

MDB: Movimento Democrático Brasileiro.

MR-8: Movimento Revolucionário Oito de Outubro.

PCB: Partido Comunista Brasileiro.

PDS: Partido Democrático Social.

PMDB: Partido do Movimento Democrático Brasileiro.

PP: Partido Popular.

PT: Partidos dos Trabalhadores

PPGAS: Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social.

SNI: Serviço Nacional de Informação.

UnB: Universidade de Brasília.

Sumário

Introdução.....	1
Contexto Histórico Brasileiro.....	3
Condições de Trabalho Institucionais e Memórias.....	19
Condições de Trabalho de Campo e Memórias.....	34
Consolidação do PPGAS-UnB e o Regime Militar.....	44
Conclusão.....	57
Referências Bibliográficas.....	59

Introdução

O presente trabalho explora como se deu o processo de nascimento e consolidação do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de Brasília durante o período de regime militar no Brasil. A escolha do PPGAS-UnB como objeto de análise justifica-se pela importância do programa dentro do cenário nacional de ensino e pesquisa antropológicos. Concebido como um centro de excelência, o PPGAS configura-se até os dias atuais como um centro de formação em antropologia de altíssima qualidade.

Dessa maneira, ao definir o cenário desse processo de consolidação pretende-se não apenas um melhor entendimento da sua jornada de formação como também a compreensão de como esse programa de pós-graduação enfrentou possíveis adversidades inerentes à um regime de exceção.

O capítulo 1 apresenta o contexto histórico do país ressaltando os conflitos políticos que culminaram no golpe de 1964, assim como a movimentação política, social e econômica que se seguiram. É possível, então, ter uma noção geral de qual era a configuração do país naqueles anos, assim como as principais características do mandato de cada presidente à época.

No capítulo 2, são explicitadas as condições de trabalho do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UnB. Este capítulo remete às questões que envolvem o ambiente de trabalho e os perfis de alunos e professores naqueles anos. Além disso, resgata as origens das formações da primeira geração de professores do PPGAS da UnB.

O capítulo 3 tratará das questões que envolvem a pesquisa de campo, elemento fundamental da produção antropológica e extremamente incentivado no PPGAS-UnB. Neste capítulo, as relações entre trabalho de campo e o "ethos" do programa de pós-graduação serão melhor definidas, a fim de demonstrar como isto modelou o perfil de alunos e professores desta instituição.

Por fim, o capítulo 4 abordará a presença do regime militar dentro da Universidade de Brasília, mais especificamente dentro da pós-graduação em

antropologia. Nesse capítulo situaremos como se deram as sobreposições do governo militar no PPGAS-UnB, destacando quais foram as posturas adotadas por cada um desses atores ao longo dos anos de ditadura. Assim, pretende-se compreender como o PPGAS-UnB consolidou-se, em um cenário complexo e conturbado, afirmando-se como um centro de excelência reconhecido nacionalmente desde então.

Capítulo 1: O Contexto Histórico Brasileiro

O presente trabalho busca compreender como se definiram as relações acadêmicas do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de Brasília (PPGAS-UnB) desde sua fundação em 1972 – um dos primeiros do Brasil - até o final do regime militar brasileiro em 1985. A criação do programa em pleno apogeu do regime militar e sua consolidação nesses anos de conturbada realidade política configuram um cenário movimentado para a criação de um programa de pós-graduação, sobretudo devido à pressão de determinadas liberdades civis. Entretanto, esse foi um projeto que alcançou sucesso. Com seu destaque dentro do contexto da pós-graduação nacional em antropologia, é válido analisar mais de perto as conjunturas que levaram a esse resultado positivo do PPGAS-UnB, principalmente o contexto político e econômico do país.

Como todo e qualquer processo político que leve à mudanças de regimes de governo, a instauração do regime militar brasileiro não ocorreu espontaneamente por atendimento de demandas populares. Muito pelo contrário. Foi preciso que uma série de fatos e mudanças internas, aliados a um contexto internacional mais amplo, gerassem um cenário propício à essa decisão política. Para tal, é preciso compreendermos qual era a situação política, econômica e social do país nos anos anteriores ao golpe, ou seja, o período democrático do país.

O período democrático no Brasil, considerado os anos entre 1945 a 1964, foi um período de relevantes transformações na sociedade brasileira e em seus vários setores, tanto econômicos, quanto políticos, sociais, ideológicos e financeiros. Diversos fatores que já vinham contribuindo significativamente para essas mudanças vão então se tornando ainda mais expressivos, como a industrialização de vários setores da economia, a urbanização intensificada, a importação de produtos internacionais cada vez mais variada e o aumento do padrão de consumo, entre outros.

É nesse momento que vemos a sociedade brasileira em seu mais abrangente significado modificar-se tanto em suas relações sociais quanto no seu comportamento. Isso porque essas mudanças não afetaram somente os cidadãos, mas também diretamente o campo. Ao observarmos esses dois setores da sociedade é que temos

clareza ainda maior do que significou um país adentrar o sistema capitalista ocidental e adotá-lo para si como forma de organização econômica e financeira. E é exatamente esse processo que o Brasil passou ao longo do período democrático: a tentativa de adoção do capitalismo moderno ocidental em seus vários aspectos, adaptando-o às estruturas brasileiras.

E esse processo de adoção do capitalismo no Brasil não foi um processo tranquilo de sobreposição de um modelo em uma sociedade bem definida e nem seu resultado era uma certeza. Muito pelo contrário. Entre idas e vindas dos planos econômicos, dos modelos importados e das quedas de braços dos vários atores econômicos, o país continuava a movimentar-se e a crescer demograficamente. Com isso, todos os problemas de um crescimento populacional começavam a dar sinais de existência, assim como todas as demandas de uma população que já vivia o ponto de partida desigual das oportunidades e meritocracias capitalistas.

O período democrático precisou, então, adequar as demandas populacionais cada vez mais expressivas, com as dificuldades econômicas de um modelo incerto no país e as turbulências políticas que alcançavam voo. É em meio a esse cenário que o nacionalismo, as campanhas progressistas e instauração do valor de construção de uma nação – de uma civilização propriamente brasileira – tornam-se cada vez mais bandeiras políticas e partidárias. Apesar da precariedade com que essas bandeiras eram formuladas e mantidas nos anos 50, o ideário era amplo e viveu o suficiente para servir de apoio à um desenvolvimento feito em nome da nação tanto em moldes democráticos quanto em moldes autoritários.

Quando João Goulart subiu ao poder em 7 de setembro de 1961, era o parlamentarismo o impopular sistema de governo decretado pelo Congresso naqueles anos. A escolha do parlamentarismo teve como justificativa a maior flexibilização que esse poderia dar ao sistema político, mas foi apenas uma tentativa de amenizar a crise que se aproximava cada vez mais rápida.

Entretanto, em 1963 cerca de 9,5 milhões de um total de 12,3 milhões de pessoas escolheram “não” ao parlamentarismo em um plebiscito previsto em lei. Retornou então o presidencialismo, com João Goulart na chefia do poder político brasileiro. Infelizmente, essa nova mudança de sistema de governo não atenuou a crise política e econômica que o país estava vivendo.

A situação financeira brasileira ia de mal a pior no começo dos anos 60. As taxas de inflação subiram de 26,3% em 1960, para 33,3% em 1961 e 54,8% em 1962. O crescimento do PIB teve queda considerável, caindo de 5,3% em 1962 para 1,5% em 1963 (FAUSTO, 2010). A tentativa de recuperação da economia com o Plano Trienal de Celso Furtado não rendeu sucesso, já que o plano dependia da colaboração de diversos setores que dispunham de voz na sociedade e esses setores não demonstravam estarem dispostos a ceder em nenhuma medida.

Tanto na economia quanto na política não havia entendimento acerca das medidas a serem adotadas e muito menos colaboração entre seus membros. Nem os beneficiários da inflação, nem os inimigos de Jango, nem o movimento operário, nem os nacionalistas ou até mesmo a esquerda conseguiam articulação para pôr em prática qualquer plano de recuperação.

É preciso lembrar que o cenário político do país tornou-se muito mais movimentado ao longo do período democrático do que jamais havia sido em sua história, sobretudo em relação à pluralidade de vozes que reivindicavam espaço político para a tomada de decisão. Essa alavancada política dos movimentos reivindicatórios gerou ainda mais movimentação no cenário político ao trazer à tona e colocar em choque interesses de grupos divergentes que necessitavam de uma solução. Um exemplo dessa situação que se sobressaiu foi a questão da reforma agrária no país, reivindicada principalmente pelas Ligas Camponesas e que, sem solução até os dias atuais, fomentou opções à margem da legalidade.

Essa movimentação política englobou tanto o campo quanto as cidades e criou um contexto de agitação ideológica que era temerária aos conservadores. Os sindicatos eram cada vez maiores e abrangiam cada vez mais profissões, inclusive no campo; os estudantes interessavam-se cada vez mais pela política, apoiando-se, sobretudo, na figura da UNE; a Igreja Católica envolvia-se cada vez mais politicamente com o posicionamento conservador- moderado da CNBB; o movimento operariado tornava-se cada vez mais mobilizado.

É válido lembrar que no final dos anos 50 Cuba passava por sua Revolução - sendo apoiada futuramente pela URSS - assombrando o capitalismo e os vários países da América Latina com o fantasma do comunismo. Esse cenário internacional era

reforçado pela venda norte-americana do *American way of life* e difusão da propaganda ideológica da Guerra Fria contra esse mal do comunismo.

Precisando lidar com a hiperinflação, as tensões no campo, o crescente poder de mobilização dos sindicatos e a oposição política, João Goulart começou a assumir medidas excepcionais. Sua ideia seria realizar as Reformas de Base aos poucos, usando decretos para tal e contando com o apoio das massas.

O primeiro deles foi anunciado em 31 de março de 1964, no Rio de Janeiro, durante um comício na Central do Brasil. Goulart anunciou a desapropriação de refinarias para Petrobrás e a desapropriação de terras subutilizadas, especificando localização e dimensão dessas terras. Anunciou também uma futura reforma urbana, assunto que deixa a classe média preocupada com a possibilidade de perder seus imóveis para os inquilinos.

Com o apoio dado pela Marcha da Família com Deus pela Liberdade em março de 1964, os partidários de um golpe militar já haviam percebido apoio significativo para agirem. O golpe militar se iniciou quando o general Olímpio Mourão Filho (envolvido no episódio do Plano Cohen¹ em 1937) mobiliza suas tropas de Juiz de Fora para o Rio de Janeiro em 31 de março de 1964. Na noite de primeiro de abril, enquanto Goulart voava de Brasília para Porto Alegre, o Presidente do Senado Auro Moura Andrade declarou o cargo de Presidente da República vago. Para o engano de Jango, os golpistas não eram uma minoria no quadro político brasileiro do começo dos anos 60. Nas palavras de Boris Fausto:

“A tragédia dos últimos meses do governo de Goulart pode ser apreendida pelo fato de que a resolução dos conflitos pela via democrática foi sendo descartada como impossível ou desprezível por todos os atores políticos. A direita ganhou os conservadores moderados para sua tese: só uma revolução purificaria a democracia, pondo fim à luta de classes, ao poder dos sindicatos e aos perigos do comunismo.” (FAUSTO, 2010).

Acabou assim o período democrático no Brasil e, pela primeira vez, os militares assumiram o poder com a perspectiva de ficar. A instituição militar propunha,

¹ O Plano Cohen foi um documento elaborado em setembro de 1937 e supostamente elaborada pela Internacional Comunista visando um plano de tomada do poder brasileiro pelos comunistas. Posteriormente, foi comprovado que este documento foi forjado, criado com finalidade de justificar a instauração de da ditadura do Estado Novo.

acima de tudo: ordem social, respeito à hierarquia e o controle do comunismo. A visão militar era de que esses aspectos haviam sido quebrados com a aproximação das baixas patentes e suas reivindicações, com a mobilização sindical e com o esgotamento do desenvolvimento nacional autônomo. A ordem havia virado desordem e essa desordem mais do que justificava um golpe, tornava-o necessário. O regime militar livraria o país da corrupção e do comunismo, restaurando a ordem e a democracia.

No dia 9 de abril de 1964, os comandantes do Exército, Marinha e Aeronáutica lançaram o Ato Institucional 1. Com vigência limitada – duração até 31 de janeiro de 1966 – o AI-1 previa um série de medidas repressivas, incluindo a suspensão da vitaliciedade para magistrados e da estabilidade para servidores públicos por seis meses e autorização do comando supremo a cassar mandatos em qualquer nível e a suspender direitos políticos por dez anos.

Formalmente, o AI-1 manteve o funcionamento do Congresso e estabeleceu eleições para Presidente da República através de votação indireta do Congresso. Apesar de ter sido uma característica do Regime Militar brasileiro manter o Congresso funcionando na maior parte do tempo, isso não significava que o funcionamento fosse autônomo. Como coloca Boris Fausto “Embora o poder real se deslocasse para outras esferas e os princípios básicos de democracia fossem violados, o regime quase nunca assumiu expressamente sua feição autoritária. Exceto por pequenos períodos de tempo, o Congresso continuou funcionando e as normas que atingiam os direitos dos cidadãos foram apresentadas como temporárias.” (FAUSTO, 2010, pág. 465). Os mecanismos de controle das votações e de coerção dos próprios legisladores eram variados. A possibilidade de cassação era real. O controle do Congresso fazia parte do novo jogo político que os militares assumiram e controlavam. Apesar dessa ressalva acerca do funcionamento do Congresso, a liberdade e discricionariedade foram seriamente comprometidas.

Com as eleições previstas pelo AI-1, foi eleito para presidente o general Humberto de Alencar Castelo Branco em 15 de abril de 1964. O grupo castelistas buscou uma “democracia restringida”, a fim de controlar as massas urbanas e camponesas, promover a reforma do aparelho de Estado e reformar o sistema econômico, modernizando-o.

Com o silêncio dos interesses dos atores econômicos e políticos, o governo Castelo Branco pode lançar o Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG) e obteve êxito considerável, apesar das fortes perdas do trabalhador, como a perda da estabilidade após dez anos de emprego. O déficit público foi reduzido de 4,2% em 1963 para 1,6% em 1965; a inflação começava a ser controlada, caindo de 91,9% em 1964 para 34,45% em 1965; e o PIB apresentava crescimento cada vez melhor, subindo de 2,9% em 1964 para 3,8% em 1966 (FAUSTO, 2010).

Apesar da melhora econômica que o país experimentava, à duras custas ao trabalhador comum, a política tornou-se um campo cada vez mais restritos e os AI's transformaram-se em mecanismos de manipulação do jogo político, do controle da vida social e da opressão às liberdades individuais.

Como o AI-1 não havia modificado as eleições dos Estados em 1965, elas ocorreram normalmente e deram resultados surpreendentes: a oposição – Movimento Democrático Brasileiro, o MDB – triunfou em estados importantes, como Guanabara, Minas Gerais, Santa Catarina e Mato Grosso. Esse tipo de surpresa precisava ser evitada. Com a pressão dos linha-dura e da oposição, Castelo Branco baixou o AI-2 e o AI-3 logo em seguida, expandindo os mecanismos controle político e mantendo o poder cada vez mais concentrado.

Entre as novas medidas dos decretos havia a ampliação do conceito de segurança nacional; a extinção de partidos políticos, permitidos apenas dois, o Arena e o MDB; as eleições para Presidente da República e Vice se dariam agora por maioria absoluta do Congresso, com votação nominal e aberta, entre outras medidas. Foi ainda no governo de Castelo Branco, em 1967, que se fez aprovar a nova Constituição do país. O Congresso havia sido submetido à uma onda de cassações, tendo sido fechado por um mês em outubro daquele ano. Reconvocado pelo AI-4, a nova Constituição foi aprovada, mantendo o aumento do poder Executivo.

Esse episódio reforça o fato já comentado acima: na aparência, o regime militar seguia a legislação, aplicando-a de fato. Era o Congresso que elegia o presidente, indicado pela maioria da bancada governista (Arena), mesmo que na realidade o papel do Congresso fosse apenas o de corroborar as decisões tomadas pelo Alto Comando Militar. Mesmo não sofrendo um fechamento permanente, havia diversos outros meios

de controle das decisões do Congresso. Não ocorria um funcionamento independente no Legislativo.

Apesar de todo o controle legal que os atos institucionais do governo Castelo Branco geraram, o grupo castelista não conseguiu reeleger um representante de sua linha. Em março de 1967, foi eleito o general Artur da Costa e Silva como Presidente da República. Apesar de ser a esperança dos linha-dura e nacionalistas, foi no governo de Costa e Silva que várias pontes moderadas foram estabelecidas com algumas vozes discordantes. Seu plano inicial era, inclusive, o de promover uma “liberalização restrita”, o que acabou por não acontecer.

É preciso levar em conta que depois de passado o primeiro impacto da forte repressão, não só a oposição começava a se articular novamente, como também vários outros setores que haviam sido sufocados politicamente com o início do regime, como os movimentos estudantis, o movimento dos sindicatos e até mesmo alguns setores da classe média. As greves de Osasco, na Grande São Paulo, e de Contagem, nos arredores de Belo Horizonte, em 1968, foram marcantes nesse período pela mobilização dos sindicatos.

Além disso, a luta armada estava crescendo no país. Influenciados pela Revolução Cubana e pelas várias guerrilhas que nasciam na América Latina, alguns grupos de guerrilha armada nasceram no Brasil nesse período. Destaca-se a ação de dois deles: a Aliança da Libertação Nacional (ALN) – nascida do rompimento com o PCB em 1967 – e o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8). Esses grupos armados foram responsáveis por ações ilegais e cada vez mais ousadas, como sequestro e roubo.

Essa reorganização dos grupos de oposição e as tentativas desses de conseguirem espaço na arena política novamente, reforçou a visão linha dura na certeza de uma iminente revolução. Os instrumentos precisavam ficar mais duros. Em 13 de dezembro de 1968, Costa e Silva decretou o AI-5.

O AI-5 foi uma das marcas da repressão do regime militar no país. Este ato institucional não possuía um prazo de vigência como os anteriores, isto é, a mensagem que era transmitida era a de que essa medida de repressão não era uma medida excepcional transitória. Agora o Presidente da República poderia fechar o Congresso, poderia intervir nos Estados e Municípios, poderia cassar mandatos, suspender direitos

políticos e demitir ou aposentar servidores públicos. A censura aos meios de comunicação foi decretada, assim como a suspensão da garantia de *habeas corpus*.

É iniciado assim um novo ciclo de cassações e de expurgos, afetando, sobretudo, professores universitários. Muitos desses professores foram cassados e exilados por suas posições ideológicas, formando um clima de tensões nas universidades. A tortura passou a fazer parte de vez dos métodos do governo para obtenção de informações e para a garantia da segurança nacional. A ideia inicial de Costa e Silva de uma liberalização restrita não tinha a menor condição de ocorrer. O regime militar não conseguia sustentar diálogo com a sociedade civil e muito menos com os grupos de oposição. A ideia de reformar-se então era impossível.

Entretanto, em agosto de 1969, Costa e Silva sofreu um derrame que o deixou impossibilitado de governar. Os ministros militares decidiram por violar a regra constitucional que previa a substituição do Presidente pelo seu vice – um civil que havia sido contra a imposição do AI-5 - e através do AI-12 de 31/8/1969 colocam uma junta militar no poder.

A junta militar era constituída por um membro de cada força e foi responsável por intensificar ainda mais a repressão à sociedade. Através do AI-13 foi decretada a pena de banimento do território nacional e com a instauração do AI-14 a pena de morte para casos de “guerra externa, psicológica, adversa, ou revolucionária ou subversiva”. Esses foram anos de evidência das torturas, sobretudo nos recintos do DOI-CODI. O movimento estudantil era extremamente controlado, assim como qualquer outro grupo que fosse considerado ameaça subversiva.

Se o momento político era tenebroso, o econômico era admirável. As finanças se reequilibravam, a inflação era refreada, o incentivo para o crescimento econômico era grande e a recuperação industrial forte. Os anos de 1968 e 1969 foram os anos do início do “milagre econômico”.

Ao encontro dessas mudanças há a presença cada vez mais comum da mulher no mercado de trabalho, por vezes em “casas de família” ou até empregos de carteira assinada. A possibilidade dos filhos começarem a trabalhar mais cedo nas cidades também contribuía para o aumento da renda familiar. Para alguns a possibilidade de seguir os caminhos dos “estudos” era ainda maior, sobretudo com a massificação do

ensino médio e superior. Afinal, o desenvolvimento científico-tecnológico estava como item fundamental da pauta governamental, mesmo que as limitações políticas fossem evidentes. As universidades passaram pelos processos de reformas – consubstanciada na Lei nº 5.540/68 - e de modernização, orientadas pelo projeto desenvolvimentista do regime militar.

Em 25 de outubro de 1969, o general Emílio Garrastazu Médici, ex-chefe da SNI no governo Costa e Silva, foi eleito Presidente da República e iniciou-se um dos períodos mais repressivos da história brasileira.

Os “porões da ditadura” funcionavam com o aval do Estado, os assassinatos aconteciam e eram acobertados, divulgados quase sempre como suicídio. A luta armada sofreu declínio irreparável. Entre 1969-1975 praticamente todos os grupos haviam sido fortemente reprimidos, com destaque para o foco rural no Araguaia que resistiu bravamente até 1975. Até mesmo a oposição legal atingiu seus menores níveis de até então. Nas eleições legislativas de 1970, na qual dois terços do Senado se renovaram, o Arena ganhou 41 cadeiras contra 5 do MDB.

As universidades foram focos de repressão violenta. A Universidade de Brasília, fundada em 1962 com propósitos renovadores, foi duramente atingida, ainda mais pela proximidade com o poder federal. A UnB havia sido idealizada em um momento de expansão do ensino superior no Brasil, moldada no ideário da modernidade e da inovação. Nas palavras de Darcy Ribeiro “A UnB foi organizada como uma Fundação, a fim de libertá-la da opressão que o burocratismo ministerial exerce sobre as universidades federais. Ela deveria reger a si própria, livre e responsavelmente, não como uma empresa, mas como um serviço público e autônomo” (RIBEIRO, 1978).

Com essa postura, a UnB foi duramente acusada de seguir tendências esquerdistas e acabou por sofrer quatro invasões ao longo dos anos do regime militar, sendo as piores nos anos de 1968 e 1977; além do expurgo e perseguição cruel de alunos e professores. A instabilidade e a vigilância eram tamanhas que em 1965, logo no início do regime militar, cerca de 223 dos 305 professores que compunham o quadro administrativo pediram demissão. A opressão dentro da própria máquina estatal era constante.

O governo de Médici distinguia muito claramente dois grupos dentro da sociedade civil e possuía mecanismos de controle diferentes para cada um desses grupos. De um lado havia um grupo minoritário, adversário pesado do regime militar, o qual era destinado à repressão violenta, a fim de eliminá-lo. Do outro havia a massa da população que vivia buscando uma certa prosperidade econômica, a qual a propaganda tratou de neutralizar.

Médici também não conseguiu eleger um sucessor e em meados de 1973 o general Ernesto Geisel foi o primeiro presidente eleito de acordo com as regras da Constituição Federal de 1967. Isto é, Geisel foi o primeiro presidente eleito por um Colégio Eleitoral composto por membros do Congresso e delegados de Assembleias Legislativas dos Estados. Essa era a chance que a oposição precisava para se fazer ouvir pelo país, mesmo que suas chances de sucesso fossem diminutas.

O governo de Geisel foi responsável pelo início da abertura política do país. Tal processo foi formulado por Geisel e Golbery do Couto e Silva não apenas em resposta às pressões da oposição – sobretudo os confrontos com a Igreja Católica que foram por demais desgastantes para a imagem do Estado - como também uma maneira de solucionar os efeitos negativos que os órgãos de repressão começaram a surtir na hierarquia militar. Isso porque um militar de baixa patente controlava informações muitas vezes essenciais ao Estado e era capaz de decidir acerca da vida ou da morte de um prisioneiro. Os valores militares estavam sendo distorcidos. Tornou-se necessário restaurar a hierarquia militar, neutralizar os linha-dura, abrandar a repressão e promover a “volta dos militares aos quartéis”.

Contudo, o governo Geisel foi repleto de medidas ora liberalizantes, ora repressivas. A reabertura política do país se deu realmente de forma lenta, não foi completa em apenas um mandato. Apesar de amenizar as torturas e abolir as medidas do AI-5 em outubro de 1978, a gestão Geisel tratou de frear a oposição que tentava emergir no cenário político novamente. Exemplo disso foram diferentes posturas adotadas pelo governo nas eleições de 1974 e de 1978.

Em 1974 as eleições legislativas ocorreram em clima de maior liberdade, contanto, inclusive, com o acesso dos candidatos aos meios de comunicação. Novamente, os resultados do MDB surpreenderam, sendo vitorioso em vários grandes estados. Essa vitória preocupou o governo militar a ponto de barrar aos candidatos o

acesso à televisão e ao rádio nas eleições de 76 (Lei Falcão de julho de 1976) e também ao ponto de lançar o chamado “pacote de abril” em abril de 1977. O pacote consistia em uma série de medidas que visavam bloquear a caminhada da oposição rumo à vitória eleitoral; medidas como a criação do senador biônico, que garantia a maioria governista no Congresso.

O principal plano econômico de Geisel, o PND II, tratava de substituir de vez certas importações, em especial o petróleo, haja vista que a situação energética era uma preocupação proporcionalmente crescente aos níveis de industrialização de um país. Gigantescos investimentos em empresas públicas e grandes obras também faziam parte dos planos. Nem tudo foi perdido, mas grande parte, por mal elaborados planejamentos e administrações, foi insucesso, como a Ferrovia do Aço e o Proálcool.

Aliado à essas movimentações econômicas e políticas, os movimentos sociais também contribuíram para os novos parâmetros do final dos anos 70, essencialmente no campo. Tanto o número de sindicatos quanto consequentemente o de trabalhadores sindicalizados cresceu bastante entre 1968-1980. O número de sindicatos rurais em 1968 era de 625, subindo para 1154 em 1972, depois para 1745 em 1976 e finalmente 2144 em 1980. Já o número de trabalhadores rurais sindicalizados subiu de 2,9 milhões em 1973 para 5,1 milhões em 1979, estimulados pelo programa de previdência social oferecido pelos sindicatos (FAUSTO, 2010). Nas cidades, os trabalhadores de “colarinho branco” também trataram de se mobilizar, nascendo organizações sindicais nas diversas novas categorias trabalhistas recentes. Inclusive o movimento operário voltou à tona com novos ímpetos e feições.

Todavia, mesmo Geisel conseguindo eleger seu sucessor em outubro de 1978 com o nome do general João Batista Figueiredo, o quadro da sociedade brasileira alterava-se consideravelmente desde o início do regime militar. O mercado de trabalho era muito mais complexo: profissões mais acessíveis, massificação do ensino fundamental e superior, demandas internas por ofícios considerados novos no país, inclusão da mulher no mercado de trabalho, reivindicações sindicais. A pesada mecanização do campo levou à intensificação do surto de urbanização iniciado no final dos anos 40, trazendo a inclusão do migrante rural e a necessidade da reforma agrária. Desde os jovens até o Poder Legislativo se mobilizavam em torno do desejo ao direito da liberdade política e civil.

Enfim, apenas a justificativa de crescimento econômico e a manutenção da ordem não podiam segurar mais as bandeiras do governo militar. Os atores políticos emergentes que haviam sido duramente sufocados nos primeiros anos de regime militar já vinham se reorganizando e almejavam suas participações novamente. Nas palavras de Boris Fausto:

“Cria-se a partir de 1979 uma situação em que os cidadãos podiam voltar a manifestar-se com relativa liberdade e em que os controles à imprensa haviam desaparecido. A oposição tinha também campo de manobra, mas não podia lograr seu objetivo lógico de chegar ao poder.”
(FAUSTO, 2010)

É com esse novo panorama que Figueiredo iniciou seu mandato. Apesar de ter sido chefe do SNI no governo de Geisel, Figueiredo foi o responsável pela ampliação da abertura política e pelo aprofundamento da crise econômica.

A reabertura era um processo irrefreável. Em agosto de 1979 Figueiredo retirou das mãos da oposição uma de suas principais reivindicações: a Lei de Anistia. A Lei de Anistia foi aprovada, representando um ganho na ampliação dos direitos políticos. Além disso, várias mudanças eleitorais também começaram a partir de 1979, destacando-se a Nova Lei Orgânica dos Partidos. O Arena transformou-se em PDS e o antigo MDB em PMDB. Houve a criação do PT, PCB e do PP, além de organizações como a CUT em 1983 e da CGT, essa já em 1986.

Esse processo de reabertura ainda sofreu algumas tentativas de inibição por parte dos linha-dura e até mesmo do próprio governo. Vários atos criminosos foram atribuídos aos linha-dura, como o caso da bomba do Riocentro em 30 de abril de 1981. Já o governo tentou artifícios eleitorais para barrar a oposição no Congresso nas eleições de 1982, como o voto vinculado e a ainda vigente Lei Falcão.

Entretanto, a tendência não era mais a retração das liberdades. A opção autoritária se desgastava cada vez mais e já não era mais vista como uma possibilidade viável, inclusive dentro dos círculos de poder.

No curso de 1983 iniciou-se uma tímida campanha pelas Diretas Já, apoiada maciçamente pelo PT. No início de 1984 a campanha já era quase unanimidade nacional. Apesar da distância entre as manifestações da rua e a realidade do Congresso

ter impedido que a Ementa Dante de Oliveira passasse em 15 de abril de 1984, a batalha eleitoral já havia começado e a recém-criada Frente Liberal dava uma pequena esperança à população com os nomes de Tancredo Neves para Presidente e José Sarney como Vice.

A aprovação dos candidatos agora já não dependia mais da permissão da corporação militar e em 15 de janeiro de 1985 Tancredo e Sarney obtiveram a vitória no Colégio Eleitoral. A oposição agora estava no poder e estava no poder através de um civil. Nas palavras de Eric Hobsbawm:

“As Forças Armadas tomaram o poder no Brasil em 1964 contra um inimigo bastante semelhante [ao caso de Perón na Argentina]: os herdeiros do grande líder populista brasileiro Getúlio Vargas (1883-1954), que se deslocavam para a esquerda no início da década de 1960 e ofereciam democratização, reforma agrária e ceticismo em relação à política americana. As pequenas tentativas de guerrilha de fins de década que proporcionaram uma desculpa para a implacável repressão do regime, jamais representaram um verdadeiro desafio a ele; mas deve-se dizer que após o início da década de 1970 o regime começou a relaxar e devolveu o país a um governo civil em 1985” (HOBSBAWM, 2009, p. 429)

É claro que a reabertura, como demonstrado anteriormente, não foi fruto apenas do relaxamento do regime militar. Ao contrário. Após consideráveis anos de pressão de vários grupos sociais e de luta política, a reabertura começou a se tornar inevitável. O regime militar autoritário não conseguiu se manter política e economicamente, além de não manter sua legitimidade frente à sociedade civil.

Tancredo morreu nesse mesmo ano, antes de tomar posse, ato realizado pelo seu Vice, José Sarney, responsável pelos anos últimos anos da transição completa. O regime militar chegava ao fim com a sua repressão e suas imposições escancaradas.

Esse foi o panorama histórico que envolveu a consolidação do PPGAS-UnB, desde sua formação em 1972. Entre avanços e retrocessos, ganhos e perdas, o país atingiu conquistas notórias, apesar do alto preço da liberdade da voz política e ideológica. O crescimento econômico e industrial, a ampliação do acesso à educação e à saúde, a maior oferta de empregos, entre outros fatores, modificaram as estruturas de produção e de consumo, assim como as relações trabalhistas e sociais.

Portanto, não é possível descartar esse período da história brasileira apenas pelo seu viés opressivo, mesmo que esse não tenha sido pequeno a ponto de ser desconsiderado. Exatamente pela profunda movimentação do país nesses anos é que é preciso ter cautela na análise dos fatos. A situação do Ensino Superior no Brasil naquele momento é um dos principais exemplos - e o que mais nos interessa - de como o regime militar oscilou na postura oficial que assumiu em cada gestão.

Em um momento inicial de violenta repressão, marcada sobretudo pelas invasões de *campi* universitários pelo Brasil, pelo expurgo dentro dos quadros administrativos das universidades e pela retração dos debates que ocorriam dentro dessas, as universidades brasileiras sofreram duros golpes em suas gestões. Por outro lado, não era mais possível que o governo segurasse um processo de transformação e renovação que vinham sendo debatido e clamado por essas instituições há algum tempo.

Claro exemplo dessa necessidade de mudanças nas estruturas universitárias foi o fato de que em 1968, após a crise institucional que deu origem ao AI-5, o próprio Estado brasileiro instituiu um grupo de trabalho encarregado de estudar a reforma universitária do país, considerando exatamente a emergência de uma modernização das universidades e sua organização baseada na tríplice função de ensino, pesquisa e extensão (MENDONÇA,2000). Apesar do lado opressivo e controlador do regime militar, pensar em uma reforma universitária era preciso.

Mesmo que nem toda a autonomia da universidade tenha sido vivenciada nos anos do regime militar, muita coisa mudou ao longo desses anos no que diz respeito à organização do Ensino Superior. O próprio projeto militar de desenvolvimento do país forçou essa transformação universitária - mesmo que apenas formalmente, como foi em alguns casos - e incentivou a injeção de dinheiro no ensino superior, fosse através das agências de fomento criadas por volta dos anos 50, como o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, fosse através da criação de novas universidades ou mesmo através de pesquisas de ponta desenvolvidas pelas Forças Armadas.

Torna-se assim explícito como esse foi um momento de forte impulso e expansão do ensino superior brasileiro. Novamente nas palavras de Ana Waleska Mendonça:

"A partir daí [estabelecimento da Lei 5.540], as universidades, particularmente as públicas - num primeiro momento, mantidas na sua quase totalidade pelo governo federal -, entrariam em um processo de consolidação, mesmo que irregular em seu conjunto, bastante ajudado, a meu ver, pela institucionalização da carreira docente e, especialmente, pela definitiva implantação dos cursos de pós-graduação. Este último foi, sem dúvida, o principal responsável pela mudança efetiva da universidade brasileira, garantindo, por um lado, o desenvolvimento da pesquisa no âmbito da universidade e, por outro, a melhoria da qualificação dos docentes universitários" (MENDONÇA, 2000, pág. 148)

Esse investimento privilegiou (mesmo que indiretamente) a antropologia no país e permitiu, em certa medida, a consolidação das ciências sociais nas universidades através dos programas de pós-graduação que nasciam. Ana Waleska Mendonça coloca que: "Privilegiando, de início, as áreas chamadas de ciências exatas, as agências de fomento criadas ao longo dos anos 50 acabaram por garantir uma surpreendente expansão da pós-graduação no país, que atingiu, num segundo momento, também as áreas das ciências humanas e sociais" (MENDONÇA, 2000, pág. 148). Especificamente tratando do caso das ciências sociais, Sergio Micelli aponta como esse processo teve suas sementes inclusive antes. Segundo Micelli:

"Entre 1930 e 1964, o desenvolvimento institucional e intelectual das Ciências Sociais no Brasil esteve estreitamente vinculado aos avanços da organização universitária pública e à disponibilidade de recursos governamentais para a criação de centros independentes de reflexão e investigação. Apesar disso, o elemento decisivo de diferenciação para os rumos do processo de institucionalização das Ciências Sociais no país consistiu sobretudo no tipo de arranjo logrado pelos praticantes das novas disciplinas no âmbito do ensino superior então a braços com profundas mudanças" (MICELI, 1989, p. 12).

Além disso, foi exatamente por esse impulso desenvolvimentista e modernizador que não apenas a antropologia pode se consolidar no cenário brasileiro - o que será discutido com mais profundidade nos próximos capítulos -, como também a

própria Universidade de Brasília tornou-se uma realidade, como já citado anteriormente neste mesmo capítulo.

A Universidade foi implantada com uma espantosa rapidez e seus professores foram recrutados entre os melhores do país - afirmação que o próprio ensino de antropologia da UnB confirma. Sua organização pedagógico-administrativa assumia uma feição nova, dentro das linhas do que já era considerado para a futura modernização. A estrutura era composta de institutos centrais, faculdades e departamentos; os professores eram contratados através da legislação trabalhista; haviam estudantes regulares e ouvintes (alunos especiais); sua administração era exercida por meio de órgãos colegiados, permitindo maior participação dos estudantes. Enfim, a UnB se revertia, em sua criação, de uma mística nova (MENDONÇA, 2000). Apesar de ter sido duramente atingida pelo golpe militar de 1964, ela representava a ideia de modernização e reforma universitária.

E foi dentro dessa Universidade que um dos primeiros programas em antropologia social do Brasil foi criado. O caso da criação do PPGAS da UnB ocorreu exatamente nesse cenário de modernização das universidades e incentivo à atividade científica e tecnológica brasileira, mesmo que dentro de um regime autoritário como foi o governo militar brasileiro. O incentivo às ciências e tecnologia ocorreu em paralelo com a repressão ideológica e política universitária. Além disso, esses foram os anos de suma importância para as ciências sociais não só por encontrarem espaço para crescer academicamente no país como também por procurarem ampliar a profissão e sua área de atuação, sobretudo através da instauração de cursos de graduação e pós-graduação nas universidades brasileiras.

O objetivo principal deste capítulo era contextualizar os anos da história brasileira referentes à criação e consolidação do PPGAS a fim de embasar as futuras observações a que se pretende. No próximo capítulo será aprofundado o desenvolvimento e a consolidação da antropologia na UnB através do PPGAS e do seu funcionamento institucional.

Capítulo 2: Condições de Trabalho Institucionais e Memórias

O curso de antropologia da Universidade de Brasília nasceu em 1962 pelas mãos do então professor Eduardo Galvão² através da oferta da graduação em ensino superior. O curso foi criado praticamente ao mesmo tempo em que a própria Universidade, tendo essa nascido em 15 de dezembro de 1961, com a sanção da lei 3.998 pelo então presidente João Goulart. Tanto a Universidade quanto consequentemente o próprio curso de antropologia estavam imersos em um clima de reforma universitária e novas funções sociais para a instituição da universidade no país. Essa nova proposta de universidade - aberta à comunidade, profissionalizante, moderna e produtora de pesquisas- foi o espírito norteador do projeto da UnB, tornando-se um modelo de inovação e de aspiração de novos ideais para a nação.

Esse foi um período em que o discurso nacional – desenvolvimentista tomou conta da mentalidade da população e orientou diversas políticas públicas governamentais. A construção de uma nação propriamente brasileira que pudesse finalmente atingir o real patamar de notabilidade internacional que de fato merecia era um projeto difundido e considerado realizável pelo governo. E esse projeto passava pela reformulação da universidade e do seu papel dentro da sociedade brasileira. Nas palavras de Darcy Ribeiro:

“Ousamos ali [na criação da UnB] – e esta foi a maior façanha de minha geração – repensar radicalmente a universidade, como instituição central da civilização, com o objetivo de refazê-la desde as bases. Refazê-la para que, ao invés de ser mais uma universidade-fruto, reflexo do desenvolvimento social e cultural prévio da sociedade que cria e mantém, fosse uma universidade-semente, destinada a cumprir a função inversa, de promover o desenvolvimento. (...) O que pedíamos à Universidade de Brasília é que se organizasse para atuar como acelerador da história, que nos ajudasse a superar o círculo vicioso do subdesenvolvimento, que quanto

² O professor Eduardo Galvão (25/1/1921 - 26/8/1976) foi o primeiro antropólogo brasileiro a obter o título de PhD pela Universidade de Columbia. Obteve grande destaque na área de etnologia e é considerado um dos fundadores da antropologia científica no Brasil.

mais progride mais gera dependência e subdesenvolvimento” (RIBEIRO, 2009, p. 18).

É nesse clima de inovação que a Universidade de Brasília inicia seus trabalhos, com um objetivo geral de modernização e profissionalização do ensino superior no Brasil através de uma proposta de independência institucional e acadêmica. Até mesmo a posição que a Universidade assumiu formalmente em sua criação como uma Fundação Pública tinha como objetivo torná-la mais eficiente e menos presa aos processos burocráticos – problema que prejudicava consideravelmente os trabalhos rotineiros das universidades de até então no país –, além de fornecer um caráter de maior independência em relação ao governo federal.

Assim, foi nesse contexto de modernização que a antropologia nasceu enquanto área do conhecimento acadêmico na UnB, sendo pioneira na própria oferta desse curso no país. Apesar do funcionamento do departamento de ciências sociais³ ter sido iniciado paralelamente à própria Universidade, foi apenas em 1969 que o departamento pode tomar fôlego suficiente para se desenvolver com considerável constância. Isso porque a instauração do regime militar em 1964 forçou uma reorganização profunda não só da Universidade de Brasília como das várias universidades no Brasil, afetando de maneira expressiva os vários cursos ligados ao estudo do homem e da sociedade, como a história e a sociologia. De maneira semelhante, acabou por afetar o curso de graduação da antropologia também, que foi desativado e assim permaneceu de meados de 1965 até cerca de 1969, quando a figura do professor Roque Laraia chegou à Brasília para modificar esse quadro.

A Universidade de Brasília foi profundamente afetada com a definição do regime militar como regime político no país, não apenas pela sua proximidade com o poder federal, mas também pelo seu caráter inovador e consideravelmente revolucionário. É válido lembrar que a aprovação da lei que autoriza a criação da UnB enfrentou dificuldades consideráveis por uma série de políticos de peso no Legislativo

³ Naquele momento o departamento de antropologia era parte do chamado departamento de ciências sociais. Foi apenas após uma maior institucionalização da Universidade que as divisões entre os departamentos acentuaram-se, fazendo com que ocorresse o surgimento do departamento de antropologia propriamente dito em 1986. Antes disso a antropologia era não só uma habilitação do curso de ciências sociais como também fazia parte desse departamento.

que não consideravam sensata a criação de uma universidade no centro do poder político no Brasil. Afinal, a figura do aluno universitário ainda era cercada de um imaginário que o considerava como baderneiro, arruaceiro e desordeiro. Como seria manter uma universidade repleta de jovens revoltosos, militantes e reivindicantes ao lado do centro do poder público? Para boa parte dos políticos da época, as chances de insucesso eram imensas.

Foi após uma considerável pressão de determinados atores políticos também de peso, como o próprio Darcy Ribeiro, e de variados setores da sociedade, inclusive da Igreja Católica, que a UnB obteve sucesso na aprovação governamental de sua criação. Ou seja, os empecilhos políticos rondavam a Universidade desde seu surgimento, sendo considerada uma instituição de caráter esquerdista e suspeita a fins acadêmicos e políticos.

Com essa filosofia progressista e modernizadora, a UnB foi invadida logo em seguida a decretação do regime militar por ser considerada subversiva aos ideais de segurança nacional.

“A primeira invasão aconteceu no dia 9 de abril de 1964, apenas nove dias após o golpe militar. O então reitor Anísio Teixeira e o vice Almir de Castro foram surpreendidos por tropas do exército e por policiais de Minas Gerais. Os militares chegaram em 14 ônibus, com três ambulâncias já preparadas para possíveis confrontos. No campus, invadiam salas de aula, revistavam estudantes, procuravam armas e material de propaganda subversiva. Buscavam também 12 professores que deveriam ser presos e interrogados.

A biblioteca e os escritórios dos professores ficaram interditados por duas semanas. Depois dessa invasão, Anísio Teixeira e Almir de Castro foram demitidos. No lugar deles, o professor de Medicina Veterinária da Universidade de São Paulo (USP), Zeferino Vaz, foi nomeado reitor.”
(Fonte: site da Universidade de Brasília)

Dessa forma, a Universidade de Brasília se viu despedaçada institucionalmente e cientificamente. O descompasso gerado pelo regime militar foi profundo a ponto de forçar a desativação do curso de graduação de antropologia, além de gerar o sufocamento de diversos outros cursos. O próprio professor Eduardo Galvão, a quem

Darcy Ribeiro se referiria mais tarde como aquele quem “ousou, em Brasília, repensar criticamente a antropologia e esforçou-se para colocá-la a serviço das populações que estuda” (RIBEIRO, 2009, p. 114) estava na lista de quase 300 professores que foram expulsos da UnB com as políticas militares. Assim, a antropologia encontrava-se abandonada em Brasília, tendo esse quadro mudado apenas nos próximos anos após esse esfacelamento acadêmico e institucional.

Foi através de um convite de um dos futuros reitores da UnB, José Carlos de Almeida Azevedo, que o antropólogo Roque Laraia veio para Brasília com um projeto de reformulação do Instituto de Ciências Sociais. A gestão do Reitor Caio Benjamin Dias que ocorreu entre 1967 a 1971 havia preconizado fortemente a reestruturação física da Universidade e a quitação das dívidas que a instituição havia adquirido desde sua fundação. Esse foco na estabilização das contas da Universidade havia deixando, sobretudo ao longo dos primeiros anos de gestão, profundo déficit no sistema pedagógico. Além disso, a Universidade “pisava em ovos” em relação à sua autonomia política, ainda fortemente sufocada, como já citado.

Após os primeiros anos de enfoque na reestruturação física, foi ao fim dos anos 1960 que se iniciou a reestruturação de cunho científico e técnico. É nesse momento de reconstrução da Universidade que o curso de antropologia encontrou sua possibilidade de renascer em um novo contexto acadêmico, político e financeiro. E foi exatamente com esse novo cenário que o antropólogo Roque Laraia chegou à Brasília em 1969, com a proposta de reformular inicialmente esse curso da graduação em antropologia da Universidade de Brasília.

É importante fazermos um adendo a fim de lembrarmos que a antropologia enquanto disciplina científica no Brasil ainda estava em um processo de consolidação. A própria criação do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UnB no segundo semestre de 1972 foi uma novidade, tendo sido um dos cinco primeiros do Brasil. O Museu Nacional, no Rio de Janeiro, era um dos poucos pontos de referência do país, tendo criado seu mestrado em 1968, sem ter tido a experiência da graduação antes, como ocorreu com a UnB. Na UnB a graduação foi reiniciada em 1969 e o programa de pós-graduação iniciou-se com o mestrado em 1972 e depois com o doutorado em 1981.

A antropologia ainda não era um curso acadêmico em muitas universidades no Brasil. Apesar de já receber pesquisadores e antropólogos estrangeiros há muitos anos, sobretudo nas áreas de pesquisas indígenas no norte e centro-oeste do país, a antropologia não era um curso difundido para os jovens e reconhecido socialmente enquanto um possível caminho de ascensão social e econômica para um indivíduo. Não era um curso de status elevado. O desconhecimento do que era o exercício da profissão não gerava uma procura dos jovens por esse curso.

Nesse sentido, havia uma ausência de centros de formação profissionais e de pós-graduação *strictu sensu* no país na área da antropologia. Dois pontos interessantes relativos à realidade da época da própria UnB especificamente reforçam esse fato. Primeiro ponto: praticamente, todo o quadro docente e discente que formou uma primeira e uma segunda geração de professores e alunos da pós-graduação em antropologia da UnB não possuíam graduação em antropologia propriamente dita. Esse não era um curso de graduação comum na época, como dito acima. Dessa forma, quase todos os professores e os primeiros alunos do PPGAS-UnB fizeram suas graduações em áreas do conhecimento afins, como a história e a geografia. E foram nesses cursos que ocorreram os primeiros contatos com a antropologia. Porém, esse primeiro contato ocorria através de uma ou outra disciplina dispersa referente à antropologia, como antropologia física e antropologia cultural.

Assim, a antropologia era trabalhada no ensino superior como disciplina acessória às outras áreas já então mais consolidadas academicamente e reconhecidas socialmente. Ela aparecia em outros cursos apenas como uma forma de complemento do conhecimento, isto é, uma pequena expansão da visão geral do aluno sobre as humanidades. Foi só por volta do final dos anos 70, com toda a modificação do sistema de ensino superior, com a valorização da pós-graduação e com a maior presença da antropologia nos institutos de pesquisa e universidades que essa área conseguiu ganhar relativa autonomia no mundo acadêmico.

Segundo ponto: essa ausência não prejudicava apenas a graduação. A ausência dos centros de pós-graduação era uma realidade e dificultava o acesso de quem desejasse seguir a profissão de antropólogo. Afinal, o Museu Nacional era um dos poucos lugares que oferecia a antropologia como protagonista da formação do conhecimento. E mesmo lá foi um processo de consolidação com dificuldades.

O Museu Nacional começou ofertando não cursos de pós-graduação, mas sim cursos de especialização em 1960. Esses cursos de especialização eram cursos de admirável aprofundamento teórico e que requeriam uma grande dedicação. Além desse esforço de organização do tempo, haviam dificuldades de cunho prático também. O acesso ao material teórico era algo difícil no início dos anos 60, ainda mais em língua portuguesa. Isto é, era necessário que o interessado no curso lesse em outras línguas, como o inglês, o francês e o espanhol, além de toda dedicação de tempo, já que a média de leituras era altíssima. Portanto, apesar de levar o nome de especialização, era uma dedicação equivalente à uma pós-graduação de qualidade. Além disso, o sistema de orientação do professor em relação ao aluno era bem próximo de um tipo ideal de relação entre mestre e pupilo. O número pequeno de alunos permitia uma aproximação muito maior do que a possível hoje em dia, sendo a orientação do professor para as pesquisas e para o desenvolvimento teórico dos alunos uma orientação constante e assistida pessoalmente.

Dessa maneira, conseguir uma formação voltada para a antropologia não era algo muito simples para quem desejasse seguir a profissão. Muito pelo contrário. Era problemática tanta a oferta do ensino - haviam poucos cursos de graduação propriamente em antropologia - quanto o acesso dos interessados à esses curso, já que muitas vezes não se conhecia exatamente o que era a antropologia. Esses eram problemas de uma área que começava a sua expansão e procurava formas de se estabilizar, fosse através de suas pesquisas ou academicamente. No começo dos anos 1960, o Museu Nacional seria a semente do que o país iria ver futuramente em questão de ensino da antropologia no nível da educação superior.

Esse quadro de escassez de centros de especialização acabava por criar uma grande valorização do título de mestre no Brasil. Porém, apesar dessa valorização, as demandas da própria academia também sofreram pressões no sentido da especialização cada vez maior. Essa tendência do aumento da especialização ocorria no mundo inteiro e foi fortemente acentuada com o incentivo que os anos 70 e 80 trouxeram para a modernização e expansão do ensino superior especificamente no país. Esperava-se das universidades professores cada vez mais capacitados e produtivos.

Ao mesmo tempo em que o sistema de ensino superior esperava e exigia cada vez mais produtividade do pesquisador e melhoras em seus currículos, a oferta de

cursos de pós-graduação que pudesse elevar o nível dos títulos acadêmicos ainda não tinha vazão no próprio país. Ou seja, esperava-se cada vez mais que os professores e pesquisadores buscassem seus títulos de doutores, por exemplo, mas ainda não haviam instituições suficientes para alimentar essas demandas dentro do Brasil. Eram, por exemplo, professores das pós-graduações que ainda precisavam buscar seus doutorados a fim de poder oferecê-los futuramente nesses respectivos cursos que acentuavam a demanda por uma especialização cada vez maior. Porém, eram poucas as universidades que ofereciam a possibilidade dessa especialização.

Foi nesse contexto de expansão física e de expansão da produção das várias formas de conhecimento que o PPGAS nasceu na Universidade de Brasília em 1972. Considerado um centro de excelência desde sua formação, a pós-graduação em antropologia social recebeu nomes de reconhecimento internacional para formar seu quadro, sendo todas pessoas altamente capacitadas intelectualmente para tal projeto. Exemplo disso foi a presença do professor David Maybury-Lewis que lecionou várias matérias da área de antropologia indígena e ficou fortemente vinculado ao curso de mestrado por ter sido um de seus maiores incentivadores. Além dele, nomes como Peter Silverwood-Cope, Kenneth Iain Taylor e David Price são exemplos de professores internacionalmente reconhecidos que trabalharam e lecionaram no PPGAS da UnB.

A chance de poder formar algo novo e inovador, levando a antropologia a um patamar de produção de excelência era uma ideologia que norteou fortemente essas primeiras figuras do quadro funcional e administrativo. Apesar dos riscos de insucesso por ser um projeto sem muitos parâmetros de comparação - talvez apenas o próprio Museu Nacional pudesse servir à essa função de "irmão mais velho" - e por ser criado em um momento político e histórico conturbado do país, havia certo clima de euforia e de empolgação na criação dessa novidade que era o PPGAS da UnB. Até mesmo a liberdade que existiu permitiu uma criação em moldes muito próprios dessa pós-graduação, mesmo que guardando pontos em comum com o Museu Nacional. Essa liberdade na determinação de como seriam os moldes e limites de funcionamento do PPGAS-UnB contribuíram diretamente como incentivo à instauração de novas visões e com um clima de trabalho institucional que não reprimia o profissional. Isto é, houve certa liberdade para que o próprio PPGAS da UnB definisse seu funcionamento em moldes próprios, não necessariamente seguindo o mesmo modelo do que foi o Museu

Nacional. Apesar de espelhar-se no Museu Nacional, o PPGAS da UnB teve seu funcionamento e suas definições de trabalho institucionais ditados por si próprio.

O Museu Nacional teve papel importante no que seria o PPGAS-UnB sobretudo por ter sido uma das poucas experiências anteriores de especialização em antropologia no Brasil, sendo assim também o local anterior de encontro dos futuros profissionais da antropologia da UnB. O Museu Nacional foi um centro de formação importante nas vidas dessa primeira geração de professores em antropologia da UnB, como Roque Laraia, Julio Melatti e Alcida Ramos, permitindo à eles que a antropologia fosse sua única profissão e uma profissão que lhes desse sustento material.

Foi a figura do professor Roque Laraia, responsável por esse rearranjo acadêmico do então Instituto de Ciências Sociais na UnB, que reconectou vários profissionais de qualidade para a prática desse ambicioso projeto, tendo em vista que os caminhos institucionais de cada um deles foram os mais variados desde suas experiências no Museu Nacional. Juntamente com o antropólogo Roberto Cardoso de Oliveira, outra figura de peso político e universitário marcantes, iniciou-se em 1972 uma procura à profissionais de alta qualidade acadêmica e que se adaptassem às perspectivas da antropologia que seria produzida na UnB. O PPGAS tinha não apenas a função social de produzir um conhecimento prático e útil acerca dos mais variados temas antropológicos, como também respondia a uma demanda reprimida de alunos em busca dos cursos de pós-graduação no país.

Como já citado, no decorrer dos anos 1970 a busca por profissionais de especialização maior era uma tendência crescente. Eram proporcionalmente poucos aqueles que já haviam se antecipado e já haviam feito seus doutorados, apesar de ter sido comum na Universidade de Brasília ter doutores em antropologia desde o início do seu PPGAS. Praticamente todo o quadro inicial do PPGAS na UnB possuía doutorado, realizado no Brasil, através da USP - como o caso de Roberto Cardoso de Oliveira, de Roque Laraia e de Julio Melatti - ou no exterior, como o caso das antropólogas Alcida Ramos e de Mireya Suárez.

Apesar de alguns desses doutorados terem sido cursados no Brasil, essa tendência cada vez maior à qualificação acabava por forçar parte considerável dos antropólogos a procurarem doutorados fora do país, o que foi uma característica muito marcante da antropologia na Universidade de Brasília: houve um intercâmbio muito

grande com o exterior. Essa permuta de conhecimentos e experiências ocorreu tanto através desses professores e alunos que fizeram seus doutorados fora do país quanto através dos professores visitantes que deram aulas na UnB.

O peso dessas trocas emerge quando analisamos o que era a interlocução da produção de conhecimento entre os vários países no período entre os anos de 1970 e 1990. Não existia a facilidade de promover e organizar seminários e congressos internacionais como ocorre nos dias atuais. A logística para esse tipo de evento era bem mais complexa. A comunicação entre os vários países era muito precária sem o advento da internet. Além disso, as viagens para o exterior eram proporcionalmente caras, já que não havia a popularização das passagens aéreas.

Dessa forma, a chance de se fazer um doutorado em outro país e retornar à sua pátria com toda uma bagagem cultural e científica diferente da sua era uma rara oportunidade. E isso era repassado aos alunos de pós-graduação em sala de aula por esses professores que viveram essas experiências. No caso da pós-graduação em antropologia na UnB foram várias instituições de peso internacional, como Harvard, Cambridge e City University of New York. Essa realidade da permuta da produção de conhecimento capacitava e habilitava professores e alunos à possuírem um domínio admirável acerca de seus respectivos temas de pesquisa e trabalho, impulsionando ainda mais o PPGAS- UnB à tornar-se um centro de referência em formação antropológica a ser buscado por alunos de todo o país.

No caso do PPGAS da UnB a presença dos professores visitantes também foi essencial. Esse foi um outro fator que modelou não apenas o ethos do departamento como também a filosofia que orientava a escolha de temas de pesquisa. A presença desses professores estrangeiros trouxe não apenas o reconhecimento nacional e internacional da produção do conhecimento antropológico como também permitiu a formação de uma rede de contatos entre alunos e professores que abriram portas para o que seria uma segunda geração de professores, então ex-alunos da pós-graduação.

Nota-se como o quadro docente responsável pela formação das primeiras turmas do PPGAS foi um quadro docente sólido e unido. Vários dos primeiros professores já haviam tido experiências profissionais anteriormente juntos – no Museu Nacional, por exemplo. A admiração pela atividade profissional de qualidade era um

elemento de união clara, responsável por gerar um laço institucional de comprometimento importante.

Essa confiança na qualidade do trabalho desses indivíduos fica clara quando percebemos que mesmo a distribuição de cargos administrativos dentro do departamento, inclusive os cargos de chefia, eram confiados aos vários professores, independente do seu tempo de casa e de sua experiência no local. Não eram escolhas totalmente aleatórias, mas o que se busca destacar aqui era o voto de confiança dado aos antropólogos no que concerne a sua responsabilidade para com o departamento como um todo, já que uma má administração afetaria à todos, seja na graduação ou na pós-graduação.

Essa solidariedade possuía uma função bem específica de manter a organização do instituto fechada, fazendo do quadro docente um ponto de apoio em si mesmo. O apoio e a admiração mútuos gerou um quadro profissional na pós-graduação em antropologia unitário no sentido do amparo ao trabalho, ao desenvolvimento de pesquisas e ao desenvolvimento da qualidade do profissional em si, apesar da diversidade de temas que eram abordados.

Em contrapartida, o quadro discente apresentava uma pluralidade de personalidades cheias de potencial antropológico que era estimulante aos professores. Em grande parte, os primeiros alunos do PPGAS não eram alunos vindos da cidade de Brasília. Na realidade, é interessante notar que a demanda pela pós-graduação em antropologia na cidade de Brasília não era tão notável nos primeiros anos de funcionamento do PPGAS. Ela só se tornou mais representativa com a intensificação da presença da graduação em antropologia da própria Universidade, por volta da metade dos anos 70.

Nos primeiros anos de trabalho da pós-graduação, as turmas recebiam números pequenos de alunos, predominantemente alunos de outras cidades, apesar da seleção para o mestrado ser, naquela época, menos burocrática e institucionalizada do que é hoje. As turmas possuíam cerca de oito, nove, às vezes dez alunos. Quando muito chegava à doze. Uma turma com doze alunos era um fenômeno menos frequente e que ocorria predominantemente nas turmas de matérias obrigatórias à todos. Em uma seleção excepcional para a turma que iniciou o mestrado em 1977, a seleção aprovou apenas 3 alunos, sendo que dois deles não eram de Brasília.

Entretanto, esse número baixo de alunos facilitou o processo de transmissão e produção de conhecimento. Foi algo próximo ao modelo de funcionamento da primeira geração do curso de especialização do Museu Nacional. A pequena quantidade de alunos permitia uma proximidade maior do que o sistema de pós-graduação hoje permite e essa proximidade entre aluno e professor permitiu uma orientação consideravelmente profunda. Essa orientação torna-se não apenas referente ao conhecimento teórico, mas também a toda transferência de experiências de trabalho de campo e da vivência da antropológica de cada professor.

Nos relatos resultantes das entrevistas realizadas para a pesquisa é muito comum a referência à um certo clima de empolgação por parte dos alunos e de sólido comprometimento tanto de alunos quanto de professores com o ensino e aprendizado da antropologia. Em ambos os polos - alunos e professores - o objetivo principal era o acesso à antropologia, tanto na sua teoria quanto na sua prática. Nesse sentido, havia uma filosofia que orientava as posturas e essas posturas permaneciam, em alguma medida, em consonância uma com a outra. Isto é, tanto professores quanto alunos tinham um objetivo em comum - que era a produção do conhecimento antropológico - e, tendo em vista esse objetivo, adotavam posturas semelhantes para realizá-lo. Assim, ambos focavam-se tanto no ensino quanto no aprendizado da antropologia. As posturas eram orientadas nesse sentido. O corpo discente era, em sua maioria, extremamente comprometido com o aprendizado que lhes era passado, assumindo os deveres "burocráticos"⁴ que a academia impunha e tendo boa base de apoio e compreensão por parte do seu corpo docente.

Vale lembrar que a diferença de idade entre docentes e discentes não era tão acentuada como hoje. Muitas vezes não chegava à dez anos. Durante muitos anos foram jovens professores, com doutorado recente que ensinavam à jovens alunos, buscando suas futuras formações. Essa proximidade não gerava um conflito de gerações problemático. Muito pelo contrário. Foi um elemento intensificador da solidariedade entre aluno-professor. Assim, a compreensão dos dois lados da moeda era facilitada por

⁴ A expressão deveres burocráticos é aqui assumida com a ideia de atividades rotineiras que dizem respeito à postura de um aluno. Elementos como produção de fichamentos, resenhas, trabalhos, provas; a dedicação à uma monitora; a organização em relação à data de provas e etc. Enfim, atividades que fazem parte da rotina de um estudante universitário.

uma comunicação próxima, permitida pelo número pequeno de alunos, pela dedicação dos professores e por uma visão de mundo não tão destoada pela diferença de idade.

Há outro ponto que é muito importante de ser lembrado no que concerne o perfil do estudante de pós-graduação em antropologia na UnB da época. Era muito comum que o estudante tivesse dedicação exclusiva ao mestrado e ao doutorado, não precisando conciliar essa pós-graduação com nenhum outro tipo de trabalho ou ofício. Mesmo o ritmo de estudo intenso e com a cobrança se impondo, esses dois elementos permitiam uma margem de manobra que eram bem funcionais para o aluno. A solidariedade entre docentes e discentes, que fornecia certa flexibilidade aos discentes, além da dedicação exclusiva desses últimos à pós-graduação, que resultava em mais disponibilidade de tempo deles.

A existência de bolsas de estudos era extremamente pertinente devido à dedicação exclusiva de grande parte desses alunos. Uma característica marcante do PPGAS na UnB foi o fato de não receber da Universidade de Brasília nenhum tipo de privilégio ou regalia especial que fornecesse melhores condições físicas ou maiores chances de financiamento.

Apesar disso, o PPGAS contou com a ajuda de agências de fomento e, sobretudo, com o apoio maciço da Fundação Ford⁵. Grande parte dos alunos de pós-graduação obtiveram bolsas que tornaram a possibilidade de viver com dedicação exclusiva para e da antropologia uma realidade. Essas bolsas vieram tanto do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) quanto da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), agências governamentais de fomento de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento e defesa da ciência nacional desde 1951.

⁵ Um importante ator nesse financiamento e incentivo às bolsas na área de antropologia foi a Fundação Ford. A Fundação Ford é uma instituição privada, sem fins lucrativos, criada nos EUA em 1936. O ideário que a Fundação Ford se coloca é o de financiar, por todo o mundo, programas de promoção social, redução da pobreza e de desenvolvimento social. Assim, a Fundação Ford atuou junto à antropologia brasileira como um todo ao longo de muitos anos, desde o início da especialização no Museu Nacional. A Fundação foi extremamente presente, inclusive nos anos em que o apoio das agências de fomento governamentais ainda não era tão maciço.

No caso do PPGAS-UnB a Fundação Ford tem destaque não apenas pela oferta de bolsas como também por uma série de outras ações de cunho prático e simbólicos. A publicação dos primeiros livros da antropologia na UNB foram financiados por essa Fundação. Além disso, havia um aspecto do apoio simbólico da Fundação de amparo ao pesquisador, fornecendo cartas de recomendações e auxiliando no surgimento de uma verdadeira rede de contatos entre esses profissionais. À medida em que o governo brasileiro foi tomando as rédeas e injetando dinheiro no ensino superior brasileiro, a Fundação Ford tornou sua presença menos intensa no caso da antropologia, apesar de até os dias atuais ainda atuar no país em diversas outras instituições de ensino superior e pós-graduação.

Infelizmente, o número de bolsas ainda não era suficiente para todos os alunos da pós-graduação em antropologia. Não era possível que cada aluno usufrísse de uma bolsa exclusiva para sua subsistência a fim da dedicação exclusiva. Entretanto, utilizava-se de um artifício para tentar maximizar o uso racional dessas bolsas a fim de privilegiar o maior número de alunos possível. Essa manobra só era viável de ocorrer naquele período e devido ao baixo grau de institucionalização do departamento e das regras de prestações de contas. Isso porque era função do chefe do departamento a distribuição dessas bolsas. Neste caso, casais que moravam juntos e faziam a pós-graduação juntos eram convidados a partilharem uma só bolsa, liberando as outras bolsas para o excedente.

A fiscalização burocrática das ações administrativas e da prestação de contas não era tão formalizada como é hoje. Não que essa realocação das bolsas se configurasse uma ação ilegal, mas o controle administrativo tanto da reitoria como dessas agências deixava esse espaço para ações desse tipo.

Além da dedicação exclusiva dos alunos, era grande o número de professores também com dedicação exclusiva. No início dos anos 70 e do PPGAS- UnB foi muito normal na antropologia da UnB que os professores aderissem à esse regime de dedicação. Assim, o PPGAS tornou-se um centro de ensino de antropologia e também de prática de pesquisa, com todo um quadro docente com regime de dedicação exclusiva à isso, aliando ensino da teoria com a prática da pesquisa de campo. Porém, essa prática da dedicação exclusiva ainda não era amplamente difundida nas demais universidades do país, tendo sido o PPGAS da UnB um caso específico, que não traduzia a

generalidade dos demais casos. O PPGAS da Universidade de Brasília era um dos poucos ambientes universitários com o regime de dedicação exclusiva por parte do corpo docente.

A postura de professores e alunos permitia uma dedicação de tempo e de esforço à antropologia que recebia retorno recíproco. O ambiente de trabalho era favorecido pelo bom clima organizacional e pela boa interação entre esses dois atores. Embora houvesse conflitos no ambiente de trabalho, não foram os conflitos que predominaram nos relatos das histórias dos personagens dessa inovação. Em verdade, foram parte pequeníssima dos dados da pesquisa.

É interessante ressaltar também que o próprio espaço físico do departamento era considerado um centro de convivência importantíssimo para a vida deste. Apesar de muitos alunos não passarem suas horas estudando especificamente na área do departamento ou nas chamadas "catacumbas"⁶, eles vivenciavam a existência do departamento de forma intensa. Isto é, o espaço do departamento era uma área onde ocorria uma interação não apenas social como também profissional. A chamada "hora do cafezinho" entre as aulas permitia uma socialização ainda maior entre professores e entre os alunos. Era um momento destinado às atualizações à respeito do universo acadêmico, a exemplo das publicações e novidades nas produções das pesquisas, e da informalidade da esfera da vida privada.

É assim que se formatavam as condições de trabalho institucionais do departamento de antropologia, sobretudo do funcionamento da pós-graduação desde seu início. A influência do Museu Nacional sobre o PPGAS-UnB é inquestionável, embora tenha ocorrido a formação do seu próprio ethos ao longo do seu desenvolvimento. O compromisso de professores e alunos foi outro fator essencial para a consolidação da filosofia e do reconhecimento nacional e internacional da pós-graduação em antropologia da UnB.

⁶ As chamadas catacumbas são espaços de estudo para os alunos da pós-graduação em antropologia social da Universidade de Brasília. São assim chamadas carinhosamente pelos alunos por localizarem-se no subsolo do Instituto Central de Ciências.

Por último, a presença de certos personagens de peso político e de sua atuação em defesa do PPGAS da UnB possibilitou que este se desenvolvesse e contornasse os empecilhos políticos característicos de um período de regime militar.

A pós-graduação contava com pessoas respeitáveis e de reconhecimento acadêmico no país, com destaque para as figuras dos antropólogos Roque Laraia e Roberto Cardoso de Oliveira. A intervenção deles em questões administrativas e políticas foi essencial para o bom andamento da pós-graduação e das pesquisas dos alunos. Consequentemente, é notório o desligamento do programa de pós-graduação em antropologia social da Universidade de Brasília dos problemas políticos da própria Universidade. Isso eventualmente garantiu a proteção às pesquisas de professores e alunos e a resolução dos problemas administrativos enfrentados.

Assim, a filosofia desse programa de pós-graduação era aliar o conhecimento teórico com a pesquisa prática através do empenho e compromisso de docentes e discentes. A teoria forneceu toda uma base sólida aos alunos e professores para conclusões de pesquisa e reflexões de temas trabalhados. A pesquisa prática permitia uma considerável liberdade ao aluno na formação de suas hipóteses, como também era uma oportunidade da vivência da ciência em uma rotina prática. Essas experiências e oportunidades que o campo trouxeram aos alunos e professores serão o tema do próximo capítulo.

Capítulo 3: Condições de Trabalho de Campo e Memórias

A antropologia enquanto ciência possui uma característica muito própria e marcante, a saber a necessidade do trabalho de campo. O campo é não apenas o contato com o lado concreto do objeto de determinada pesquisa, mas também é parte essencial da produção do conhecimento antropológico.

Apesar das diferentes tendências ao longo da história de variação da valorização do campo, ora maiores ora menores, o campo tem um peso inquestionável nas pesquisas, até mesmo como uma validação das conclusões antropológicas. O trabalho de campo tornou-se um elemento característico da própria antropologia. Lévi-Strauss coloca o trabalho de campo no seguinte patamar :

"Percebe-se, assim, que é por uma razão profunda, ligada à própria natureza da disciplina e ao caráter distintivo de seu objeto, que o antropólogo precisa da experiência do campo. Para ele, ela não é nem um objetivo de sua profissão nem um aperfeiçoamento de sua cultura, nem uma aprendizagem técnica. Ela representa um momento crucial de sua educação, antes do qual ele pode possuir conhecimentos esparsos, que nunca foram um todo, e somente depois do qual esses conhecimentos irão "aglutinar-se" num conjunto orgânico e adquirir repentinamente um sentido que antes lhes faltava." (LÉVI-STRAUSS, 2008, p. 397)

O trabalho de campo é tratado como uma espécie de cola, de liga, responsável por unir a base teórica dos clássicos e dos sistemas abstratos à realidade empírica. Essa orientação que alia teoria e pesquisa de campo também foi a orientação principal do início da antropologia no Brasil, sobretudo nos anos 1960 com o Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional. Como já explicitado no capítulo anterior, o Museu Nacional teve importante participação na formação acadêmica da primeira geração de professores da pós-graduação em antropologia social da Universidade de Brasília.

Nos relatos de memórias da pesquisa, pode-se perceber uma constante referência explícita e implícita à importância que Roberto Cardoso de Oliveira dava ao

trabalho de campo. Importância essa repassada aos alunos e fortemente incentivada ao longo de seus estudos na antropologia. Ainda no Museu Nacional, nas primeiras turmas de Roberto Cardoso, fazia parte do programa da especialização o acompanhamento de um antropólogo mais experiente no campo. Ou seja, desde cedo, independente do acúmulo de experiências, o aluno era levado à ter essas experiências da atividade prática.

Para muitos dos primeiros alunos do curso de especialização do Museu Nacional esse acompanhamento seria o primeiro contato com o trabalho de campo de suas vidas. É necessário lembrar que a maior parte dessa primeira geração de alunos - e futura primeira geração de professores da antropologia na UnB- não fizeram suas graduações em antropologia, mas sim em áreas afins das humanidades. Portanto, o papel que esse acompanhamento de um profissional mais experiente no campo teve nessa primeira geração foi crucial.

Fica claro como a filosofia orientadora do futuro PPGAS da UnB era impregnada pelo "fazer pesquisa". Como já dito anteriormente, essa filosofia foi fortemente encabeçada pelo professor Roberto Cardoso de Oliveira, um verdadeiro apresentador do que o campo poderia fazer na análise de um certo objeto de pesquisa ao pesquisador.

Esse é um ponto que requer algumas reflexões importantes. Não foi apenas a presença e o estímulo do professor Roberto Cardoso de Oliveira que determinou o perfil da antropologia do PPGAS-UnB. Além disso, todos os professores dos primeiros anos do PPGAS - considerados aqui assim para fins de delimitação da pesquisa os anos entre 1972 a 1985 - foram obviamente responsáveis por também priorizar o trabalho de campo como principal instrumento de pesquisa, inclusive aqueles que não tiveram em suas formações a presença do professor Roberto Cardoso de Oliveira, como o professor Klaas Woortmann.

A utilização do trabalho de campo como ferramenta de pesquisa antropológica foi assim valorizado por uma série de outros fatores. Isto é, havia todo um quadro de condições específicas que permitiram a priorização do trabalho de campo, além do estímulo do professor Roberto Cardoso. O que se pretende chamar a atenção é que essa postura de valorização da atividade de campo que levava o aluno a ter contato com esse

lado da pesquisa, desde cedo foi possível de ser realizada de uma outra forma tal como o campo é realizado hoje.

Tanto o perfil do aluno quanto o do professor eram relativamente diferentes do que é hoje no sentido de que seus papéis dentro da Universidade eram muito diferentes, além do próprio momento histórico que foi muito conturbado.

O número pequeno de alunos nas turmas de pós-graduação era um fator de peso na valorização do trabalho de campo. Isso porque permitia uma orientação muito mais sólida do que hoje em dia. Assim, em muitos casos do PPGAS-UnB era possível que o aluno acompanhasse o professor orientador em algum trabalho de campo. Isso mostra que a proximidade desses dois polos fomentava uma relação que passava pelo estímulo ao campo, fosse referente à pesquisa do próprio aluno ou do professor. Havia encorajamento - e por que não exigência? - do trabalho de campo intensivo, e isso se refletia nas oportunidades que o quadro docente oferecia aos discentes para trabalharem juntos nesses verdadeiros empreendimentos.

Essa realidade de orientação mais presente era facilitada por um fator que não pode ser esquecido: a realidade do funcionamento burocrático da Universidade nesse período. Esses anos de 1960, 1970 e início dos anos 1980 foram anos em que a Universidade de Brasília ainda se (re)fazia. Muitas eram as áreas que ainda se fortaleciam e se consolidavam academicamente, o que era o caso da antropologia. A rotina burocrática de funcionamento ainda estava se construindo. Dessa maneira, muitos hábitos e regras administrativas ainda eram menos formalizadas do que hoje.

Um dos maiores exemplos dessa situação era a intensidade das cobranças das atividades acadêmicas dos professores. A cobrança institucional de uma rotina de publicação de artigos, presença em seminários, apresentação em congressos era menor, até mesmo pela dificuldade logística que tudo isso implicava. Além disso, o baixo número de alunos significava menor carga de atividades em sala de aula. Essa menor cobrança de atividades gerais que a Universidade pedia era um fator que gerava maior disponibilidade de tempo por parte do professor para se dedicarem às suas próprias pesquisas. Isso não significa que fosse mais banal ou simples o trabalho "administrativo" que os professores realizaram nesses anos. É apenas uma questão de demandas menores, mais contidas, que geravam maior liberdade nas partilhas de tempo individuais de cada professor.

É válido lembrar que a presença do regime de dedicação exclusiva comentado no capítulo anterior também era um elemento que permitia um enfoque maior no trabalho de campo por parte dos professores. A inexistência de uma atividade trabalhista externa ao universo da antropologia, com dedicação aos trabalhos universitários, também é um elemento que permitiu a concretização de uma universidade na qual o corpo docente fosse pesquisador e professor. A dedicação exclusiva permitiu exatamente que as os professores dos departamentos pudessem fazer pesquisa em paralelo às atividades do educacionais. É preciso lembrar que até o início da Reforma Universitária de 1968 as pesquisas não eram realizadas nas universidades, mas sim em institutos próprios às pesquisas, como o Instituto Oswaldo Cruz. As universidades tinham o único papel de ensinar. Nesse sentido, a própria Universidade de Brasília foi inovadora ao trazer a proposta de aliar pesquisa e ensino em uma só instituição. Na entrevista realizada com o professor Julio Melatti isso fica bem claro. Ele coloca:

"... eu ainda peguei a época em que nas universidades se dava aula. As pesquisas se faziam nos institutos. [...] Mas na Universidade do Brasil e as outras universidades que havia ali as pessoas davam aulas e as pesquisas eram feitas nos institutos, como o Instituto Oswaldo Cruz, Museu Nacional e etc, dependendo da área da pesquisa feita, fosse física, biologia... Sempre em institutos apropriados para isso. Nunca na universidade. Então, a partir de uma data começou a vim uma reforma de que as universidades iam funcionar também como área de pesquisa. Fariam pesquisa e ensino. E aí começa a se exigir das universidades o doutorado. " (Entrevista realizada com o professor Julio Melatti em 19/6/2013)

Além disso, é preciso lembrar que quando se fala em trabalho de campo existem dois momentos distintos e igualmente importantes que dizem respeito a ele: o primeiro momento de contato com o objeto, de recolhimento de dados brutos e que em certos casos requer o deslocamento do pesquisador, e um segundo momento que envolve a dilapidação desses dados. Assim, o campo não acaba quando se obtém os dados. Existe todo um processo de preparo desses dados que requer muito tempo e esforço do pesquisador. Todo esse quadro do PPGAS-UnB de dedicação exclusiva e de disponibilidade do professor permitia esse esquadramento posterior dos dados, parte fundamental da pesquisa e mais um fator de incentivo ao campo.

A situação dos alunos era semelhante ao quadro docente em vários aspectos. O fato de grande parte dos alunos do PPGAS não trabalhar em outras atividades que não a pós-graduação permitia uma dedicação e um comprometimento incisivos. Esse comprometimento se refere, obviamente, também à dedicação de tempo dos alunos às suas pesquisas. Aliado à esse fator, a presença de bolsas incentivava a dedicação exclusiva dos discentes. Portanto, o trabalho de campo foi uma constante na formação do perfil acadêmico dos alunos até mesmo por existirem condições da parte deles que permitia a adesão à isso. Os dados da pesquisa não indicam divergências entre docentes e discentes em relação a exigência de trabalhos de campo intenso.

Esse modelo de orientação que remete à lembrança da relação tutor e pupilo encontra respaldo histórico e teórico na antropologia. Lévi-Strauss mesmo refletiu acerca desse tema nas seguintes palavras:

" A situação [do exercício de campo por parte do novato] representa diversas analogias com a da psicanálise, na qual é hoje unânime o princípio de que a prática da profissão de analista requer uma experiência específica e insubstituível, a da própria análise. Por isso, todos os regulamentos exigem que o futuro analista tenha sido ele mesmo analisado. Para o antropólogo, a prática do campo constitui o equivalente dessa experiência única; como no caso da psicanálise, a experiência pode ou não ser bem-sucedida, e nenhum exame ou concurso permite determinar de qual caso se trata. Apenas a opinião de membros experientes da profissão, cuja obra comprova que passaram eles mesmos por esse marco com sucesso, pode decidir se e quando um candidato à profissão de antropólogo terá realizado em campo a revolução interior que fará dele, realmente, um novo homem." (LÉVI-STRAUSS, 2008, p. 397)

O trabalho de campo só pode ser ensinado quando é vivido diretamente pelo aluno, inclusive por questões de cunho metodológico. Cada campo é um campo e o leque de situações que podem ser vividas neles são infinitas. Cada aluno busca pesquisar aquilo que mais possui afinidade, o que gera uma variedade incrível de temas. Torna-se assim praticamente impossível metodologicamente "ensinar" como se faz o campo.

Nesse quadro, que torna a experiência o único caminho para se aprender de fato a prática da trabalho de campo, a figura do professor orientador se tornou um porto

seguro no PPGAS. Afinal, o campo é também um momento que abre espaço para experiências novas, situações de vida diferentes. Em muitos casos, pode se tornar um elemento desestabilizador do pesquisador. Desestabilizador por, geralmente, apresentar realidades diferentes da sua, ainda mais em casos que requerem não só o deslocamento do antropólogo como também sua permanência em certo local de pesquisa diferente de sua residência.

É nessa condição de potencial desestruturação que o campo pode trazer que o papel do professor orientador se torna fundamental. No caso em específico do PPGAS da UnB a solidariedade entre professores e alunos trazia uma base de confiança consideravelmente forte, fazendo do professor orientador um norteador. Esses professores do PPGAS eram vistos pelos discentes como figuras de segurança, de proteção, sobretudo por aqueles que não possuíam experiência no campo.

Os relatos das experiências de vida desses ex-alunos demonstram o apoio dado pelos professores às pesquisas individuais, sempre sendo figuras muito presentes nas orientações. Professores da primeira e segunda geração como Julio Cesar Melatti, Klaas Woortmann e Roberto Cardoso de Oliveira são constantemente citados por seus ex-alunos exatamente como essas figuras de proteção e auxílio. Esses professores possuíam a disponibilidade de promover esse tipo de orientação presente.

É interessante notar que o campo trazia dificuldades não apenas para os alunos, mas também para os professores, sempre desempenhando as funções de professor e de pesquisador paralelamente. Isso porque praticamente todos os professores desenvolviam pesquisas em campos distantes, muitas vezes de difícil acesso. Muitos dos trabalhos foram realizados em comunidades indígenas no interior do país ou em regiões de fronteira, cada uma com uma dificuldade específica; mas, em geral, todas com um deslocamento e um isolamento físico do pesquisador.

A condição de difícil acesso era acentuada pela situação dos meios de transporte brasileiros nos anos de 1970. As passagens aéreas de voos nacionais não eram facilitadas como são hoje e em muitos lugares do país esse era o momento em que as estradas estavam sendo construídas - sobretudo com o incentivo do regime militar às grandes obras pelo país com a finalidade de gerar o tão almejado desenvolvimento nacional.

Exatamente por essa realidade do deslocamento dos antropólogos nesses anos iniciais do PPGAS, tanto dos professores quanto dos alunos, ter sido consideravelmente complexa é que a solidariedade entre esses atores teve papel tão importante. Eram muitas as adversidades que poderiam gerar empecilhos não só nos trabalhos de campo como também nas outras atividades, mesmo que indiretamente. Foi comum que nos relatos das memórias aparecessem situações em que as condições climáticas adversas impediram a volta à Brasília dos professores a tempo de darem aulas. Nesse tipo de situação, onde o imprevisto era dificilmente contornável, era muito comum que o próprio corpo docente estivesse disponível para amenizar os efeitos desses eventos. Assim, era corriqueiro que os próprios professores se ajudassem a fim de evitar prejuízos maiores. Havia uma grande compreensão - não somente entre professores, mas também entre professores e os alunos - de que essas situações de imprevistos nos trabalhos de campo poderiam ocorrer e qualquer um dentro estava sujeito a ser a "próxima vítima". A professora Alcida Ramos chama a atenção para essa solidariedade e para as dificuldades do trabalho de campo em sua entrevista quando questionada se houve um fato que mais a marcou ao longo dos anos de ensino no PPGAS-UnB:

" Fato isolado não. Mas, eu não sei. Olha, eu penso, por exemplo, nas oportunidades para ir a campo. A flexibilidade do corpo docente de deixar a gente às vezes atrasar, alguém assumia a aula quando a gente ia para campo. Eu ia lá para o norte de Roraima, por exemplo. Às vezes o mau tempo não deixava a gente sair de lá. E sempre tinha alguém para segurar as pontas aqui." (Entrevista realizada com a professora Alcida Ramos em 11/7/2013)

Além das dificuldades de locomoção serem maiores nos anos 70, a presença da tecnologia no cotidiano das pessoas era também muito menor do que é hoje. Isso significa que a comunicação entre as pessoas não era tão simples. Muitas vezes era impossível telefonar de onde se estava ou até mesmo enviar uma carta. Assim, era extremamente importante que essa união do corpo docente fornecesse certa segurança ao antropólogo que ia ao campo e também ao aluno que esperava qualidade de ensino, sendo verdadeiro suporte de auxílio, sobretudo entre os professores.

Nesse sentido é que torna-se explícito como o auxílio das bolsas para pesquisa era essencial, já que arcar com todos esses custos seria proporcionalmente difícil. Além disso, é da própria essência da antropologia que o trabalho de campo faça parte das

atividades de um antropólogo. Dessa maneira, fazer antropologia em um momento de expansão da própria área sem o financiamento que era fornecido - especialmente pela Fundação Ford - seria, provavelmente, uma tarefa muito mais instável do que foi no PPGAS da UnB.

É preciso muita cautela em como se posicionar frente ao trabalho de campo. Por essa razão também é tão problemático ensinar como fazer campo no sentido pedagógico. Cada campo se revela ao seu pesquisador e cada um possui seus problemas específicos. Porém, todos eles apresentam problemas e dificuldades, variando o contexto de cada situação desses problemas.

Assim, é preciso fazer essa ressalva de que o trabalho de campo envolve seus riscos, seus perigos, suas ameaças; seja direta ou indiretamente. Não é um processo simples, ainda mais para quem o faz pela primeira vez. São muitas as angústias, as preocupações. No caso do PPGAS da UnB, foi o apoio dos professores orientadores o elemento reestabilizador para os alunos que passavam por isso, além do apoio entre os próprios alunos. Como lembrado no capítulo anterior, o espaço físico do departamento e das "catacumbas" eram espaços de vivência e de troca de informações. Não se pode subestimar a importância que a convivência comunitária e a troca de experiências pode ter. Essa vida social do departamento também agia como elemento estabilizador dos alunos - e por que não dos professores também?

Há outro destaque a ser feito em relação ao trabalho de campo predominante no PPGAS. Era muito forte o tema da antropologia indígena na pós-graduação na Universidade de Brasília. Muitos dos professores eram especialistas nessa área, além de vários professores visitantes, como o antropólogo David Maybury-Lewis. Havia uma equipe especializada no tema, a exemplo de Roberto Cardoso de Oliveira, Julio Cesar Melatti, Alcida Ramos, Roque Laraia (RUBIM, 1996). Muitos dos interessados em fazer a pós-graduação nessa área procuravam exatamente a Universidade de Brasília.

Entretanto, esse não era um tema que preocupasse o regime militar, apesar de toda a repressão. Isso porque as comunidades indígenas eram vistas como parte pequena da população, não sendo objeto de políticas públicas e reivindicações nacionais. É claro que há vários casos de torturas e mortes indígenas durante os anos de regime militar. A

Comissão da Verdade⁷ vêm mostrando exatamente isso. Entretanto, o que se pretende chamar a atenção é que o movimento indígena ainda estava em um processo de organização interna para buscar maior voz no país, o que começou a ocorrer já no final dos anos 70. Além disso, os próprios estudos antropológicos ainda eram de cunho mais estruturalistas no início dos anos 70. Não entravam no debate as questões como a posse de terras ou inclusão social. Apesar dos trabalhos antropológicos indígenas serem extremamente presentes na antropologia do PPGAS, esse era um tema consideravelmente ignorado pelo Estado e pouco conhecido pelas massas, sobretudo enquanto base para criação de políticas de inclusão.

O enfoque indigenista contribuía ainda mais para que a antropologia fosse vista como uma ciência à margem, incompreendida pela população. A vantagem desse desconhecimento foi a **invisibilidade** estratégica que isso gerou.

Apesar da invisibilidade ter um lado negativo - o do desconhecimento público - foi exatamente essa invisibilidade, gerada pelo isolamento do campo e acentuada pelo trabalho de temas pouco visados - sobretudo o indígena - pelo Estado e pela população em geral que permitiu à antropologia também ser pouco visada, sobretudo em um momento de Estado autoritário. Essa invisibilidade permitiu maior liberdade de ação, de pesquisas, de ensino.

Além disso, o lado negativo da invisibilidade foi vencido com o passar dos anos e o reconhecimento que a qualidade de ensino trouxe ao PPGAS. O desconhecimento acabou por tornar-se um fator vencido, ainda mais com o desenvolvimento da antropologia em nível nacional e internacional. Com o passar dos anos, a antropologia tornou-se presente em quase todos os cursos ofertados na Universidade de Brasília, além de receber uma demanda muito maior de alunos. Assim, não foi o desconhecimento um fator de prejuízo à disciplina, mas sim um ponto que gerou liberdade de ação.

É comum nos relatos das memórias que os professores contem como se sentiam felizes ao receberem pequenos sinais que os lembrassem suas próprias

⁷ A Comissão Nacional da Verdade é uma comissão criada pelo Governo federal através da Lei 12528/2011 e instituída em 2012 com a finalidade de apurar graves violações dos Direitos Humanos ocorridos no período de 18 de setembro de 1948 à 5 de outubro de 1988. O enfoque de suas apurações refere-se, sobretudo, ao período de Regime Militar e essas apurações ocorrem através de pesquisas, audiências públicas e colaboração da sociedade civil. Seu principal objetivo é produzir um relatório acerca das violações aos direitos humanos nesse período até maio de 2014.

realidades, como revistas e jornais. Esse isolamento não era apenas físico, como já foi dito. Ele gerava todo um cenário de afastamento do antropólogo de questões que estavam ocorrendo em suas próprias sociedades. A professora Ellen Woortmann demonstrou essa realidade da época durante a entrevista realizada, colocando que:

" Quando eu fui pela segunda vez para campo, aí eu fiquei por mais tempo e o Klaas [referência ao professor do departamento da época Klaas Axel A. W. Woortmann] foi para lá. Ficou uma semana comigo, foi a melhor coisa. Aí depois nós ficamos um fim de semana em Aracaju e foi a glória! Nossa! Revistas, coisas da civilização! Foi a glória!" (Entrevista com a professora Ellen Woortmann realizada em 2/7/2013)

Portanto, a invisibilidade e o isolamento do campo ajudaram a antropologia a não ser uma ciência perseguida pelo que produzia. Entretanto, o isolamento do campo também gerou um isolamento civil e político de professores e alunos do PPGAS. Nas palavras do professor Roque Laraia:

"Por exemplo, nos anos 60 mesmo foram anos que eu vivia muito mais no mato do que na cidade (Risos)! Naquele tempo, eu fazia pesquisa de campo e passei dois anos, somando os tempos de campo, no mato. E naquele tempo era isolamento. Porque hoje o cara leva o telefone! Mas eu sei o seguinte: nem o rádio você pegava às vezes. Dependendo do lugar que você estava, não pegava nem notícia. Então, você ficava três, quatro meses sem ter uma notícia do mundo." (Entrevista com o professor Roque Laraia realizada em 16/5/2013)

O intenso trabalho de campo muitas vezes gerou esse afastamento dos conflitos, promovendo uma apartação desses antropólogos enquanto militantes políticos. Praticamente todos os alunos que se envolveram ativamente nas questões referentes aos conflitos políticos eram alunos da graduação e não da pós-graduação.

Assim, essa neutralidade permitiu o desenvolvimento antropológico do PPGAS da Universidade de Brasília de uma forma segura e consolidada. As questões envolvendo o impacto da ditadura militar sobre o PPGAS-UnB serão discutidas em profundidade no próximo capítulo.

Capítulo 4: Consolidação do PPGAS - UnB e o Regime Militar

O Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de Brasília consolidou-se em um período movimentado de regime militar no país. O cenário em que essa consolidação se deu surgiu de uma série de elementos diferentes desse contexto de repressão. Além disso, é preciso levar em conta o próprio contexto em que se encontrava a antropologia no país naqueles anos.

Nos capítulos anteriores esse contexto foi amplamente discutido, principalmente em relação às situações de isolamento do antropólogo em campo e o desconhecimento acerca da profissão pela população e pelo Estado. A antropologia, no início dos anos 70, ainda era uma ciência jovem no país, ganhando espaços nas universidades.

O regime militar trouxe uma série de repressões ao mundo universitário por todo o país ao tentar impor um controle social a fim de evitar a suposta "ameaça comunista". Esse controle afetou profundamente a própria Universidade de Brasília, ainda mais pelos moldes inovadores pelos quais foi concebida. A criação do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UnB se deu exatamente no ano de 1972, auge do governo de Emílio Médici. Entretanto, o PPGAS da UnB construiu uma notável trajetória de sucesso dentro desse contexto.

Apesar da intensa perseguição que as ciências humanas sofreram durante esses anos, a antropologia não padeceu de uma repressão tão violenta como outras áreas. Esse foi um ponto constante nos relatos de memórias. Os entrevistados, tanto alunos quanto professores, consideraram que a sociologia foi um área mais fortemente perseguida do que a antropologia. Ao serem questionados acerca de nomes de profissionais que sofreram perseguição direta, lembravam-se mais de nomes de sociólogos do que de antropólogos. O caso da perseguição de Darcy Ribeiro se deu mais por seu posicionamento político (ministro-chefe da Casa Civil de João Goulart) do que por sua produção etnográfica.

A antropologia desenvolveu-se em paralelo à opressão, mas não chegou a ser sufocada por essa ao ponto de ser prejudicada produtivamente. Os trabalhos desenvolvidos no PPGAS da Universidade de Brasília passaram pela invisibilidade aos olhos do regime ditatorial. As conclusões do capítulo anterior referente ao trabalho de

campo condizem com o fato de que as pesquisas desenvolveram-se sem grandes dificuldades em relação à política. Estes foram os relatos que a pesquisa encontrou: ninguém dentro do PPGAS da UnB teve seu trabalho de campo impedido por questões puramente políticas.

Há um caso específico que merece certa reflexão. Um dos poucos ex-alunos que passaram por consideráveis problemas em relação à seu campo foi Stephen Grant Baines - hoje professor do Departamento de Antropologia da UnB. Porém, seu caso é um tanto específico. O professor Stephen Baines era estrangeiro, tendo sido naturalizado brasileiro apenas por volta de 1992/1993. Durante os anos de seus primeiros contatos - por volta do início dos anos 70 e logo depois com o seu trabalho de campo em 1982 - com o grupo indígena que lhe interessava (os Waimiri-Atroari), o professor Stephen Baines passou por muita desconfiança por sua condição de estrangeiro no país. Várias dificuldades lhe foram impostas, como negação de autorizações e de acesso à documentos de fontes oficiais .

Entretanto, essas dificuldades diziam respeito mais à sua situação de estrangeiro do que necessariamente de antropólogo. Sobretudo durante os anos 70, os militares assumiram postura bastante desconfiada a cerca da presença de estrangeiros no país devido ao medo do "golpe comunista." Além disso, o próprio campo do professor Stephen Baines envolvia um cenário bastante complexo: as terras Waimiri-Atroari estavam dentro de uma área de interesse da empresa Eletronorte para a construção da Hidrelétrica de Balbina - empreendimento considerado uns dos mais desastrosos já realizados no país. Dessa maneira, o professor Stephen Baines precisava ser extremamente cuidadoso na coleta de informações devido a constante vigilância dos funcionários da própria Eletronorte.

Portanto, o cenário em que o campo do professor Stephen Baines se deu foi repleto de elementos adversos, sendo que alguns não necessariamente se relacionavam com o exercício da antropologia propriamente dita. Além disso, o fato de ainda ser estrangeiro aos olhos da lei naquele momento acentuava as dificuldades e a desconfiança das pessoas. Mas não necessariamente sua profissão enquanto antropólogo é que era a razão de tal desconfiança. Esse caso do trabalho de campo do professor Stephen Baines foi o único relatado na coleta de dados da pesquisa que apresentou

dificuldades explícitas quanto à realização. Porém, com a ressalva feita da especificidade de seu caso em relação aos demais casos do PPGAS da UnB.

Na verdade, o trabalho de campo foi elemento de sucesso da pós. E isso não apenas na questão da qualidade da produção do conhecimento antropológico como também no sucesso em manobrar os entraves que a ditadura poderia gerar. O trabalho de campo, muitas vezes em comunidades isoladas, permitia que o Estado não vigiasse o profissional, tornando-o menos visível. O campo tornava o próprio antropólogo isolado da realidade cívica e política de sua sociedade.

Esse isolamento se dava pelo fato de que os aparelhos tecnológicos que hoje permitem a diminuição das distâncias não existiam nos anos 60 e 70. Os próprios gravadores, quando usados, eram artigos requintados de pesquisa. A questão é que a vivência em outras comunidades - que em sua maior parte eram distantes - não permitia a comunicação constante. Como explicitado no capítulo anterior, nos relatos de pesquisa, foi muito comum que os entrevistados contassem sentir enorme felicidade ao entrarem em contato com pequenas coisas - como revistas e jornais das cidades - após passarem muito tempo em campo.

A ausência política é um ponto característico do surgimento e da consolidação do PPGAS da Universidade de Brasília. Essa característica é resultado de uma série de fatores já citados - isolamento que o campo trazia, desconhecimento da profissão - mas também não deixa de ser uma estratégia de sobrevivência dentro de um cenário opressivo. O próprio enfoque da pós-graduação não envolvia militância política. A filosofia orientadora era profundamente voltada apenas para a produção antropológica e ensino dessa.

Tanto alunos quanto professores do programa de pós-graduação não se envolviam politicamente com a situação de exceção da Universidade durante a ditadura. Os depoimentos recolhidos durante a pesquisa mostram que os episódios relatados que envolviam opressão durante os anos de governo militar ocorreram predominantemente com alunos da graduação e não com alunos da pós-graduação.

Ao questionar os entrevistados acerca do próprio perfil desses alunos de graduação e de pós-graduação ficou evidente que os objetivos de cada um desses níveis eram diferentes. Os alunos da pós-graduação envolviam-se predominantemente com a

produção antropológica, deixando quase que nenhuma disponibilidade de tempo para envolvimento com a militância política. Além disso, como muitos alunos de pós-graduação em antropologia não eram de Brasília, era ainda mais complexo envolver-se ativamente com a política. Afinal, o indivíduo estava aqui exclusivamente para estudar, com planos e objetivos de longo prazo e de curto prazo também. O envolvimento com questões políticas durante o regime militar poderia gerar conflitos que os impedissem de permanecer em Brasília, impedindo também o término dos seus estudos.

Já os alunos da graduação são retratados nas entrevistas como alunos mais ativos politicamente, interessados nas questões da resistência estudantil e das lutas pelas liberdades civis. Entretanto, como os alunos da graduação não foram o foco da pesquisa, os dados a respeito deles apareceram apenas como informações secundárias, não cabendo aqui um aprofundamento maior acerca do seu perfil.

Dentro de um governo militar repressivo, era extremamente arriscado envolver-se com a militância política contra o regime. Esse risco era ainda maior para profissionais universitários e estudantes. Afinal, essas eram figuras que preocupavam o Estado por manterem contato muito próximo com questões ideológicas e políticas. A visão que se tinha da universidade era um tanto contraditória, isto é, ao mesmo tempo que as universidades eram sentidas como instituições de promoção tecnológica do país, também se percebia essas instituições como possíveis centros ideológicos subversivos. Dessa maneira, as figuras dos professores e estudantes universitários estavam constantemente sob vigilância cuidadosa.

Apesar do próprio contexto da antropologia não torná-la um ciência perseguida diretamente, os riscos para qualquer suposto subversivo - independente da área acadêmica de atuação - eram muito graves. Assim, a ausência de posicionamento político do PPGAS na UnB permitiu que a perseguição e a opressão inerentes ao quadro político da época fossem amenizadas. Ao amenizá-las, o funcionamento das atividades rotineiras tornaram-se passíveis de serem feitas com certo nível de tranquilidade.

Dessa maneira, deve-se registrar o fato de que houve impacto do regime militar sobre a consolidação do PPGAS da Universidade de Brasília. Apesar da realidade da época acerca do trabalho de campo ser retratada com considerável tranquilidade, a situação dos trabalhos institucionais era bastante distinta. Afinal, como já dito anteriormente, seria impossível que o departamento de antropologia não sentisse os

efeitos da opressão militar estando inserido em um ambiente totalmente visado pelo controle do governo. Por conseguinte, os trabalhos institucionais acabavam por aperceberem com maior intensidade o clima de vigilância devido à localização do ambiente em que funcionavam, isto é, a própria Universidade. O trabalho de campo se dava em afastamento; porém, o trabalho institucional ocorria dentro da própria instituição universitária.

Dessa maneira, a pós-graduação consolidou-se em clima de um regime militar controlador e, mesmo vivendo consideravelmente a parte dos conflitos constantes, sofreu diversos episódios localizados ao longo desses anos. É importante registrar que não houve, segundo o ponto de vista dos professores, impedimento na transmissão de conteúdos em sala de aula.

Não há registro nas entrevistas realizadas com os professores da época de nenhum caso em que determinado conteúdo da área de ciências humanas não tenha sido ministrado por impedimento do regime militar. No caso dos alunos do PPGAS da UnB naquela época, ao serem questionados se houve esse impedimento ou alguma outra dificuldade na apreensão dos conteúdos, as respostas também foram predominantemente negativas.

No caso das leituras e temas que envolviam marxismo na UnB - algo que em geral era bem problemático nas universidades por todo o país - houve uma interferência à favor do ensino que foi um elemento essencial para garantir a possibilidade de que esses conteúdos continuassem a ser trabalhados. Isso porque o Serviço Nacional de Informação - SNI - mantinha controle constante sobre esse tipo de transmissão de conteúdo dentro das universidades, inclusive na UnB. Havia muita pressão do SNI em relação ao ensino de autores que eram considerados comunistas ou de esquerda, mesmo que erroneamente assim considerados.

No caso da UnB, a interferência à favor da liberdade para o ensino de autores das ciências sociais ocorreu a partir da figura do professor Roque Laraia, então chefe do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Brasília. Quando Jarbas Passarinho ainda era Ministro da Educação (durante o governo Médici), o professor Roque Laraia e o então Vice-Reitor José Carlos de Almeida Azevedo precisaram intervir junto à Jarbas Passarinho para que o ensino do curso de ciências sociais não fosse prejudicado com as pressões do SNI. Foi esclarecido ao então Ministro que o ensino de autores como Marx

Weber, Karl Marx e Emile Durkheim era essencial e não poderia ser abandonado. Tido como uma pessoa esclarecida, Passarinho permitiu a continuação do ensino desses conteúdos apesar das pressões do SNI, com a reserva de que seriam trabalhados e comentados apenas em sala de aula. A lógica era a de que se o assunto precisava ser trabalhado e isso era inevitável, então que fosse única e exclusivamente em sala de aula.

Esse é um exemplo que ilustra claramente diversos pontos comentados nesta pesquisa. Em primeiro lugar, o foco do departamento era produzir conhecimento antropológico, abstendo-se de profundos envolvimento políticos. No exemplo, a intenção não era um conflito direto com o SNI e sim que o ensino dos conteúdos pudesse continuar sem prejuízos futuros. Em segundo lugar, a visão do departamento como um corpo unitário, onde professores e alunos são solidários às situações de cada qual. O professor Roque Laraia zelou pelo departamento o qual era responsável, evitando possíveis conflitos tanto à professores quanto à alunos. Em terceiro lugar, o exemplo demonstra a importância de algumas figuras amplamente respeitáveis no sucesso do PPGAS da UnB (assunto discutido nos capítulos anteriores). No caso citado, era importante que Jarbas Passarinho não apenas entendesse os argumentos colocados pelo professor Roque Laraia e pelo Vice Reitor Azevedo, como também acreditasse e respeitasse suas colocações. Isto é, tanto o trabalho do professor Roque Laraia quanto do então Vice Reitor Azevedo eram respeitados a ponto de Jarbas Passarinho lhes dar um "voto de confiança".

Dessa forma, os professores do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UnB não relataram terem sofrido nenhum tipo de interpelação em sala de aula pelo exercício do ensino da antropologia. Não há relatos de professores demitidos, perseguidos ou ameaçados por motivo de ensino da antropologia dentro de sala de aula na UnB. Há um único caso de uma professora que na época era professora do Departamento de Antropologia e que foi procurada pelo SNI. Porém, a professora em questão era procurada por supostamente realizar seminários sobre Karl Marx para interessados em sua própria casa. Ou seja, a atividade não era feita nos moldes acadêmicos da UnB, mas sim uma atividade fora da Universidade e que em nada se relacionava com o Departamento de Antropologia.

A postura adotada pelos integrantes do PPGAS - alunos e professores - era a de cautela. Mesmo o departamento e o programa de pós-graduação não tendo se envolvido

explicitamente com conflitos sérios que os impedissem o funcionamento, o clima da ditadura militar era um tanto incerto. Por essa razão, a cautela era constante e necessária para evitar problemas desnecessários. Há um relato concedido pela professora Ellen Woortmann à pesquisa que reflete bem a questão da cautela que era tomada. Nas palavras da professora Ellen Woortmann:

" E a gente sempre cuidava muito com os livros. Por exemplo, naquela época a gente usava sacolas que eram moda, sacolas indígenas. Nós antropólogos todos usávamos aquelas sacolas. [...] E aí a gente botava um livro comum, porque elas eram um pouquinho vazadas, a minha era um pouquinho vazada, era ticuna, que meu irmão tinha trazido para mim. Então, o que a gente fazia? Eu botava o caderno do lado de fora e um outro livro, digamos em português, e os livros "quentes" (risos) eu botava aqui no meio e ia para a aula, ou fazia outras coisas, enfim...". (Entrevista com a professora Ellen Woortmann realizada em 2/7/2013)

Mesmo que algumas leituras não fosse proibidas, o melhor caminho a se tomar era exatamente o da cautela. Essa cautela toda era essencial porque o regime militar gerava imensa onda de desconfiança, sobretudo nos ambientes das universidades. Essa desconfiança dizia respeito às atividades tanto de professores quanto de alunos. O sentimento de vigilância era constante.

É importante lembrar que essa onda de desconfiança trazia consigo uma grande paranoia também. Não seria possível levar uma vida normal e realizar atividades rotineiras dentro de ambientes de trabalho caso se desse ouvidos à toda paranoia que era gerada, tanto do lado de quem apoiava o regime militar quando do lado de quem o combatia. A cautela era uma necessidade tanto de alunos quanto de professores do PPGAS exatamente para evitarem quaisquer problemas futuros. Além disso, a cautela evitava um dos maiores males que o regime militar trouxe ao PPGAS da UnB: as acusações.

A paranoia característica do regime militar gerava muita incerteza em relação à real identidade das pessoas, assim como seus reais posicionamentos políticos e ideológicos. Dentro da Universidade de Brasília, ninguém sabia ao certo se um aluno era apenas um aluno ou um agente disfarçado.

Apesar de toda paranoia, o Estado mostrou-se presente na Universidade, sobretudo durante as invasões sofridas. Exemplo disso foi a invasão ocorrida em 1977 pelas tropas de choque da Polícia Militar. Além disso, a vigilância era um elemento sempre presente. Há relatos de alunos que foram presos, torturados e, em alguns casos, permanecem desaparecidos até os dias atuais. O medo era algo real e, por essa razão, a paranoia era tão forte.

Esse perigo era algo tão concreto que durante as entrevistas surgiram alguns relatos de professores que tiveram alunos envolvidos em episódios complicados e violentos do regime militar. Um dos casos mais significativos é do ex-aluno do PPGAS-UnB (e hoje também professor do Departamento de Antropologia da UnB) Gustavo Lins Ribeiro.

O professor Gustavo Lins foi preso enquanto era aluno do departamento de antropologia da UnB logo após a invasão de 1977 acusado de ser subversivo. Permaneceu 31 dias em prisão preventiva nas dependências da cadeia da Polícia Federal em Brasília e, mesmo não tendo passado por nenhum tipo de tortura física, lá permaneceu sob considerável intimidação psicológica. É válido lembrar que a prisão do professor Gustavo Lins ocorreu durante o governo Geisel, quando os casos de tortura já não eram mais tão frequentes como foi o governo do general Médici. Além disso, a Ordem dos Advogados do Brasil em Brasília - OAB/DF - estava se mobilizando para acompanhar as situações dos presos dentro das cadeias a fim de preservar a integridade física dos investigados.

Além de ter sua residência "invadida" e suas coisas revistadas pelos agentes da Polícia Federal, a documentação que liberou o professor Gustavo Lins da prisão preventiva só foi assinada às oito horas da noite anterior ao dia de vencimento do prazo para sua possível soltura. Caso os documentos não fosse assinados até aquele prazo, a prisão preventiva seria renovada por mais 30 dias e, caso achassem que o indivíduo fosse culpado, ele permaneceria preso até a data do julgamento.

Junto ao professor Gustavo Lins ficaram presas mais 17 pessoas. Foram colhidos depoimentos de todas essas pessoas com vários dias de antecedência ao vencimento do prazo para a soltura. Após a coleta do depoimento, as pessoas eram de fato liberadas. Porém, o professor Gustavo Lins foi o último a passar por esse processo, como já dito acima, tendo sido um dos últimos presos a ser liberado.

Ao contar esse episódio, o professor Gustavo Lins expôs que o período dentro da prisão na companhia de outros colegas gerava grande solidariedade entre essas pessoas, dando até mesmo certa segurança. Afinal, havia ali outras pessoas que poderia assegurar o que estava acontecendo uns com os outros. Entretanto, a medida em que as pessoas eram liberadas e ele se via sozinho é que a preocupação foi maior. Felizmente, o episódio não incluiu nenhum tipo de tortura física. Porém, fica clara a intimidação do Estado, já que, ao ser solto, os policiais aconselharam fortemente ao professor Gustavo Lins que não voltasse a ser envolvido com comunistas mais.

Há um outro episódio relatado pela professora Alcida Ramos que também exemplifica claramente o quanto o perigo da ditadura era real. O caso contado pela professora Alcida Ramos relaciona-se com uma aluna dela em uma determinada turma de introdução a antropologia na UnB. Nas palavras da professora Alcida Ramos:

"Bom, aqui eu estava dando aula de introdução à antropologia no início dos anos 70 e uma das alunas sumiu. Ela deixou de vir às aulas e quando ela apareceu ela vinha toda cabisbaixa e pediu para falar comigo. Ela me mostrou queimaduras. Ela tinha sido presa e torturada. Diziam que havia agentes nas aulas e ela disse que quando estava presa os interrogadores perguntavam sobre os professores. [...] Então perguntava se eu dava Darcy Ribeiro. Mas então a gente tinha cuidado com o que dizia, mas eu nunca fui interpelada, nunca sofri diretamente qualquer pressão para dar isto ou dar aquilo na sala". (Entrevista com a professora Alcida Ramos realizada em 11/7/2013)

Esses casos citados são exemplos de que o perigo era real e gerava a já comentada paranoia. O risco de ser denunciado a qualquer momento por razões de segurança nacional era uma preocupação considerável.

Essa preocupação com a própria segurança e com as possíveis vigilâncias do Estado promovia uma série de acusações dentro do departamento. Essas acusações eram terríveis e desestabilizavam as relações, principalmente entre alunos. Novamente foi a figura do professor Roque Laraia que precisou lidar com essas adversidades durante seus anos na chefia do departamento. Nas palavras do professor Roque Laraia:

" Agora, é lógico que o ambiente universitário na ditadura não era nada agradável. Entre os alunos tinha uma coisa terrível que era a acusação. Os alunos cismavam que algum aluno era dedo-duro e não era às vezes. [...] Eles cismavam por comportamentos que... É aquela história de comportamentos suspeitos. Tinham acusações... Eu era diretor do instituto e quantas vezes vinham alunas chorando, alunos que estavam sendo perseguidos pelos outros e tal". (Entrevista com o professor Roque Laraia realizada em 16/5/2013)

A desconfiança era algo muito presente no PPGAS da Universidade de Brasília durante esses anos de governo militar. E essa desconfiança encontrava respaldo em duas figuras características desse momento histórico: o dedo-duro e o agente aluno.

A figura do aluno dedo-duro era preocupante porque esse era o aluno que acusava os demais e muitas vezes sem provas. O problema da acusação era exatamente o fato de que em muita vezes não era nem mesmo possível que se comprovasse a veracidade das acusações. Entretanto, a paranoia militar com os supostos comunistas era tão grande que essas acusações poderiam levar à sérias consequências, independente de comprovadas ou não. O caso supracitado do professor Gustavo Lins Ribeiro é exemplo disso, já que seu nome ficou registrado nos arquivos do SNI, dificultando-o de conseguir emprego. Somente depois de certo tempo é que seu processo foi julgado e as acusações consideradas improcedentes.

Essas acusações também geravam solidariedade pelo fato de que os grupos de amigos se protegiam. Entretanto, também geravam desconfiança. Afinal, ninguém conseguia identificar quando um aluno era apenas um estudante normal e quando esse aluno era, na verdade, um agente infiltrado na Universidade.

Segundo as entrevistas, haviam alunos agentes infiltrados nas salas de aula. Esses alunos agentes eram responsáveis por monitorar tanto professores quanto alunos, exemplificando os vários meios de controle social que o regime militar utilizou para manter a "ordem interna" do país. Em alguns casos era totalmente perceptível o fato de o aluno ser um agente infiltrado. O professor Stephen Baines cita um episódio que ocorreu com ele que se enquadra perfeitamente nessa situação. Segundo o professor Stephen Baines:

"É que todo mundo sabia quem era quem. E tinha um cara que não parecia com aluno e ele disse que era aluno de engenharia, mas ele tinha a história mais louca. Um cara já de mais idade, uns 38, 40 anos e tinha cara de militar. E ele sempre puxava conversa com todos os estrangeiros. Chegava "bom dia meu amigo, como que vai? O Brasil é uma maravilha, não é?" E falava para ver se a pessoa criticava. "Nosso governo aqui está dando progresso para o Brasil": esse tipo de comentários e os alunos ficavam atrás fazendo gozação dele". (Entrevista com o professor Stephen Baines realizada em 27/5/2013)

Porém, segundo alguns relatos nem todos os alunos agentes eram tão facilmente percebidos. Há um caso relatado pelo professor Roque Laraia que se enquadra nessa situação de maior dificuldade de se identificar a verdadeira identidade. O caso refere-se à uma agente aluna que só foi percebida como tal devido à uma situação mais específica que ocorreu no departamento. O professor Roque Laraia colocou que:

"Todas as professoras em um determinado momento tiveram suas bolsas roubadas dentro de sala. Porque alguém entrava, via a porta aberta e tirava a carteira. Não era a bolsa, era a carteira. Então um dia, nós estávamos no café comentando que tinha alguém entrando e roubando e esse alguém passava despercebido. Não era um cara " olha o ladrão!". Aí essa moça [que estava tomando café junto com o professor no momento da conversa] virou para mim "não, se você quiser que eu dê uma olhada nisso, eu posso olhar". E abriu a bolsa e tinha carteira de polícia e um revólver. [...] Então você tinha uma espionagem aqui dentro." (Entrevista com o professor Roque Laraia realizada em 16/5/2013)

Dessa maneira, o Estado se fazia presente dentro da Universidade de Brasília de forma incisiva, mas também através de meios mais sutis, como a espionagem de agentes alunos. Nem sempre a interpelação era violenta. Havia outros meios para tal, como a própria desconfiança desestabilizadora que a presença dos agentes alunos provocava e a intimidação que a polícia promovia. Na entrevista concedida pela professora Ellen Woortmann, ela relembra um caso contado em sua sala de aula quando ela trabalhou o

tema de resgate das memórias com alunos da graduação⁸. A professora Ellen Woortmann conta que:

"Uma mulher, ela disse para nós, para quem quisesse ouvir, que ela começou a participar dos movimentos e não sei o que e ela - tinha muita questão de gênero - fazia cartazes. Na época, multiplicava panfletos e essas coisas, mas não entregava. Ou só entregava aqui [na UnB]. Isso era coisa das mulheres. Ou levava o material, fazia essa base, e os homens, os estudantes, que estavam na frente. Aí uma vez ela disse que foi chamada na delegacia e aí o delegado lá disse "Eu sei onde tu mora. Tu mora na rua tal, casa tal, quadra tal. Teu pai é não sei quem e tua mãe é não sei quem. Tu agora vai parar de te meter nisso aí". E ela disse para nós " E eu parei". Ela disse "Eu não sofri tortura física, eu fui intimidada e eu parei." (Entrevista com a professora Ellen Woortmann realizada em 2/7/2013)

Esses relatos comprovam a afirmação feita anteriormente que os mais envolvidos politicamente e que, portanto, sofreram mais diretamente a opressão do regime militar foram os alunos da graduação e não tanto os alunos da pós-graduação. Já os professores sentiram o impacto de forma indireta, através da realidade que compartilhavam com seus alunos em sala de aula. A transmissão de conhecimento não foi impedida e atores políticos importantes, como o professor Roque Laraia, asseguraram que isso não acontecesse. Os trabalhos de campo também não foram atrapalhados, apesar da exceção do caso mais específico do professor Stephen Baines.

Portanto, os relatos de partes das entrevistas comentados acima embasam a teoria aqui apresentada de que a antropologia não foi uma ciência perseguida pelo regime militar como outras áreas das ciências humanas - como foi o caso da sociologia. O desconhecimento que o governo militar tinha acerca do exercício da profissão de antropólogo não a deixava em primeiro plano. Esse desconhecimento, aliado à invisibilidade gerada pelo campo, permitiu à antropologia passar relativamente despercebida.

⁸ Este caso contato pela professora Ellen Woortmann refere-se à certo momento em que a professora precisou trabalhar o assunto memórias com a turma da graduação. Como eram pessoas jovens, a professora optou por estimular os alunos a trabalharem as memórias da Universidade de Brasília, mesmo essa também ainda sendo relativamente jovem. Nessa situação, os alunos buscaram resgatar todo tipo de memória relacionada à UnB. Entre esse resgate das memórias ocorreu a oportunidade do depoimento dessa senhora relacionada aos seus anos dentro da UnB no período inicial da ditadura dentro da Universidade, ou seja, por volta da segunda metade dos anos 1960.

Com base na pesquisa empírica, não foi comprovada nenhuma dificuldade política ou ideológica surgida a partir de algum conflito direto com o regime militar que paralisasse ou impedisse o funcionamento do programa de pós-graduação em antropologia social da Universidade de Brasília. As dificuldades enfrentadas referem-se mais à complicações nas relações pessoais, sobretudo entre os alunos, do que dificuldades relacionadas à produção de conhecimento antropológico. Essas dificuldades nas relações interpessoais também foram frequentes na graduação, e não na pós-graduação. Além disso, a desconfiança e a acusação configuram-se problemas interpessoais inevitáveis e esperados de um ambiente universitário durante o governo militar.

Vale ressaltar que, como já foi trabalhado nos capítulos 2 e 3, os conflitos não foram elementos predominantes nos relatos das entrevistas para esta pesquisa. Na realidade, os relatos envolvendo conflitos apareceram apenas quando os entrevistados foram questionados exatamente sobre a presença do regime militar dentro da Universidade. As relações entre professores e entre alunos eram consideravelmente harmoniosas, sendo esses dois atores bastante solidários uns com os outros.

Os efeitos sentidos pelo PPGAS são efeitos colaterais de qualquer ditadura militar. A vigilância constante através dos alunos agentes demonstra a preocupação estatal em manter o controle sobre seus cidadãos. Não houve relatos de antropólogos que trabalharam no PPGAS da UnB e que foram perseguidos ou impedidos de trabalhar por razões de suas produções acadêmicas.

Conclui-se, portanto, que outras áreas foram mais perseguidas dentro da Universidade de Brasília do que a antropologia. O PPGAS da UnB, apesar de consolidar-se ao longo dos anos de ditadura militar, não enfrentou impedimentos políticos ou ideológicos quanto ao seu funcionamento ou sua produção acadêmica. A cautela e o cuidado eram posturas adotadas em função do próprio contexto do país, mas principalmente como uma forma de precaução.

Conclusão

A partir dos relatos da pesquisa em questão foi possível traçar um panorama de como era o funcionamento do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de Brasília. Além desse panorama acerca da rotina de funcionamento do próprio departamento, foi possível rastrear alguns dos principais elementos que favoreceram o sucesso do PPGAS da UnB e, portanto, entender como esses elementos interligaram-se dentro desse modelo de pós-graduação.

A própria retomada histórica dessa jornada de formação justificou claramente a razão de ser dessa pesquisa. O PPGAS-UnB é uma instituição de ensino de destaque dentro do cenário nacional. Concebida como um centro em excelência e procurada por alunos de todo o país em virtude da qualidade da sua produção antropológica.

O principal objetivo desse trabalho foi compreender como se deu o nascimento deste programa de pós-graduação em um contexto de regime autoritário no país. Nesse sentido, ao contar com os dados da pesquisa empírica e os relatos de experiências e memórias de professores e ex-alunos, o presente trabalho obteve resultados que apontam para o fato de que a antropologia, ao ser vista como uma ciência "à margem" das demais dentro da academia, não sofreu intensa e maciça perseguição política e ideológica pelo regime militar.

O preliminar desconhecimento da profissão foi fator essencial para a garantia da invisibilidade política que o Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UnB ao longo dos anos de repressão. Esse elemento foi reforçado pelos trabalhos de campo que requeriam constante isolamento dos pesquisadores. Isto se deu no sentido de que o antropólogo não estaria à vista do Estado, como no sentido inverso, isto é, de que o antropólogo não lidava diretamente com a própria política de Estado.

Apesar de ter sido característica marcante essa invisibilidade não foi total. Os relatos de vigilância constante, a presença dos alunos-agentes dentro do departamento e os relatos dos alunos - sobretudo de graduação - que sofreram cerceamento são exemplos de como este deslocamento precisa ser tratada com cuidado.

Conclui-se, portanto, que o que o Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de Brasília não esteve impedido de funcionar regularmente durante o regime militar. Os efeitos sentidos localmente configuram-se como inevitáveis de um contexto de repressão militar, como a vigilância constante e a cautela por parte de alunos e professores. A pesquisa empírica mostrou que não houve impedimentos políticos que prejudicassem a transmissão de conteúdo acadêmico em sala de aula. E, notavelmente, com sua ênfase no trabalho de campo e apoio às pesquisas o PPGAS-UnB conseguiu contornar os possíveis entraves que a ditadura poderia gerar.

Referências Bibliográficas

AURELIANO, Waleska de Araújo. A Antropologia Brasileira: breves indagações sobre a história de um campo em expansão. Boletín de Antropología, 2010, Vol.24(41), p.432.

BECKER, Howard Saul. Método de pesquisa em ciências sociais. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1997. 178 p.

_____. Segredos e truques da pesquisa. Rio de Janeiro: Zahar, 2007. 295 p.

BRASIL. Reforma universitária. Brasília 1968. 119 p.

CORRÊA, Mariza. História da antropologia no Brasil: projeto da Unicamp. História, Ciências, Saúde-Manguinhos, 1995, Vol.2, p.115-118.

CUNHA, Luiz Antônio. A universidade crítica. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983.

DA MATTA, Roberto. Para uma antropologia da tradição brasileira (ou: a virtude está no meio). In: Antropologia Social – Comunicações do PPGAS, n.2, p. 23-43, 1992. Rio de Janeiro.

_____. O Ofício do Etnólogo, ou como ter “Anthropological Blues”. In: Nunes, Edson de Oliveira (org.). A aventura sociológica: objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. 331 p.

EVANS-PRITCHARD, E. E. Bruxaria, oráculos e magia entre os Azande (1976). Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

FAUSTO, Boris. História do Brasil. 13. ed. São Paulo: EDUSP, 2008. 660 p.

GOLDENBERG, Mirian. Arte de pesquisar: Como fazer pesquisa qualitativa em Ciências sociais (a). 7 ed. Rio de Janeiro: Record, 2003. 107 p.

GOVERNO FEDERAL. Comissão Nacional da Verdade. Brasília, 2012. Disponível em: <http://www.cnv.gov.br/>.

HABERT, Nadine. Década de 70: Apogeu e crise da ditadura militar brasileira. 3 ed. São Paulo: Ed. Ática, 1996. 95 p.

HOBBSBAWM, Eric J. Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

JUNIOR, Antônio Brasil. As ciências sociais no Brasil: um estudo realizado para a CAPES por L.A. Costa Pinto e Edison Carneiro. In: Sociologia e Antropologia, v. 02-03, pp. 269-278. Rio de Janeiro, 2012.

LARAIA, Roque de Barros. A cultura brasileira. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1990. 11 p.

_____. Candangos e pioneiros. Brasília 1996. 6 f (Série Antropologia ; 203).

_____. Ética e Antropologia – algumas questões. Brasília: UnB, Departamento de Antropologia, 1993. Série antropologia, n. 157. 13 p.

LEVI-STRAUSS, Claude. Antropologia Estrutural. São Paulo: Cosac Naify, 2008, p.448.

MELLATI, Julio Cezar. A antropologia no Brasil: um roteiro. BIB – Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais, n.17, 1984.

MENDONÇA, Ana Waleska P. C. A Universidade no Brasil. Revista Brasileira de Educação nº 14, 2000.

MICELI, Sergio (Org.). História das Ciências Sociais no Brasil. São Paulo: Idesp, 1989. v.1. 489 p.

_____. (Org.) História das ciências sociais no Brasil, vol. 2. São Paulo, Sumaré/Idesp, 1995.

NUNES, Edson de Oliveira (org.). A aventura sociológica: objetividade, paixão, imprevisto e método na pesquisa social. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. 331 p.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. O mestrado em Antropologia da UnB. Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1977. Seminário sobre “Aspectos e perspectivas da institucionalização das Ciências Sociais no Brasil”.

_____. “O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever”. In: O trabalho do Antropólogo. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: Editora UNESP, 1998, pp. 17-35.

_____. 1986. “O que é isso que chamamos de Antropologia Brasileira?” *Anuário Antropológico* 85. Rio de Janeiro: Editora Tempo Brasileiro. (Pp. 227-246).

_____. Sobre o pensamento antropológico. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1988. 201 p. (Biblioteca Tempo Universitário; 83)

_____. A vocação crítica da antropologia. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1980. 23 p.

PEIRANO, Mariza G. S. Artimanhas do acaso. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1990. 17 p.

_____. A antropologia como ciência social no Brasil. *Etnográfica*, Vol. IV (2), 2000, pp. 219-232.

PEIXOTO, Fernanda Arêas; PONTES, Heloisa; SHWARCZ, Lilia Moritz (Orgs.). Antropologias, Histórias, Experiências. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2004. 225 p.

RAMAIANA, Antônio. UnB 1977: O início do fim. Brasília: Ed. Paralelo, 2009.

RAMOS, Alcida Rita; Universidade de Brasília. A antropologia brasileira vista através do anuário antropológico. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1988. 13 p.

_____. O antropólogo: ator político, figura jurídica. Brasília: Universidade de Brasília, 1990. 20 p.

RIBEIRO, Darcy. Testemunho. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 2009. 207 p.

_____. A universidade e a nação. Educação e Ciências Sociais, ano VII, vol. X, n. 19, jan./abr. 1960.

_____. A Universidade de Brasília. Educação e Ciências Sociais, vol. VIII, n. 15, pp. 33-99, Rio de Janeiro, 1960.

_____. A universidade necessária. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. 307 p.

_____. UnB: invenção e descaminho. Rio de Janeiro: Ed. Avenir, 1978. 139 p.

RUBIM, Christina de Rezende. “Antropologia Brasileira e a Antropologia no Brasil” Tese de Doutorado em Ciências Sociais - IFCH Unicamp. São Paulo, 1996.

SALMERON, Roberto Aureliano. A Universidade interrompida: Brasília, 1964-1965. 2. ed. rev. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999. 488 p.

SALZANO, Francisco M. A antropologia no Brasil: é a interdisciplinaridade possível? Rio Grande do Sul: Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Amazônica 1 (1): 12-27, 2009.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Principais capítulos: invasões. Brasília, 2013. Disponível em: http://www.unb.br/sobre/principais_capitulos/invasoes.

VILLAS BÔAS, Glaucia. A vocação das Ciências Sociais no Brasil: um estudo da sua produção em livros do acervo da Biblioteca Nacional, 1945-1966. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 0007. 304 p.